

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UMA ESCOLHA ENTRE AS
MODALIDADES DE TRIBUTAÇÃO – LUCRO PRESUMIDO OU SIMPLES

ALESSANDRA ZENILDA PINHEIRO

Florianópolis – SC

2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UMA ESCOLHA ENTRE AS
MODALIDADES DE TRIBUTAÇÃO – LUCRO PRESUMIDO OU SIMPLES

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis

Acadêmica: ALESSANDRA ZENILDA PINHEIRO
Orientador: LUIZ FELIPE FERREIRA

FLORIANÓPOLIS - SC


2000

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UMA ESCOLHA ENTRE AS MODALIDADES DE TRIBUTAÇÃO – LUCRO PRESUMIDO OU SIMPLES

AUTORA: ALESSANDRA ZENILDA PINHEIRO

Esta Monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 9,0..... atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominada.

Florianópolis, 02 de agosto de 2000.


Prof^ª Maria Denize Henrique Casagrande, M.Sc
Coordenadora de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:


Presidente: Prof. Luiz Felipe Ferreira


Maria Denize Henrique Casagrande, M.Sc
Membro


Rainoldo Uessler
Membro

Assuma o seu caminho. Mesmo que precise dar passos incertos, mesmo que saiba que pode fazer melhor o que está fazendo. Se você aceitar suas possibilidades no presente, com toda certeza vai melhorar no futuro. Mas se negar suas limitações, jamais se verá livre delas.

(Paulo Coelho)

Aos meus pais, pelo amor e pela dedicação.

Ao Má, por seu amor e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Alexandre Zoldan da Veiga, por ter me orientado no início desta monografia, e a meu orientador Professor Luiz Felipe Ferreira, em especial, pela atenção e dedicação dispensadas ao longo deste trabalho.

À Paty, Joice e Cristian pela ajuda e companheirismo.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	vii
LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	xi
RESUMO.....	xii
1 - INTRODUÇÃO.....	1
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	1
1.2 OBJETIVOS.....	2
1.3 JUSTIFICATIVA.....	2
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	3
1.4.1 Metodologia aplicada.....	3
1.4.2 Limitações da pesquisa.....	5
2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	6
2.1 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	6
2.2 DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO.....	7
2.3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	8
2.4 CRIMES FISCAIS.....	12
2.4.1 FRAUDE.....	12
2.4.2 Simulação.....	12
2.4.3 Conluio.....	13
2.4.4 Sonegação fiscal.....	13
2.5 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....	13
2.5.1 Elisão.....	15
2.5.2 Evasão.....	16
2.6 CLASSIFICAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	16
2.7 TRIBUTO.....	18
2.7.1 Imposto.....	20
2.7.1.1 SIMPLES.....	21
2.7.1.2 Lucro Presumido.....	27
2.7.2 Contribuição social sobre o lucro.....	31
2.7.3 PIS/COFINS.....	32
2.7.4 Encargos Sociais.....	33
2.7.5 Contribuição previdenciária patronal.....	34
3 - EXEMPLOS SIMULADOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA ME E EPP.....	35
3.1 EMPRESA L.....	36
3.2 EMPRESA X.....	39
3.3 EMPRESA Y.....	41
3.4 EMPRESA Z.....	43
4 - CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
BIBLIOGRAFIA.....	52
ANEXOS.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

abr.	abril
ago.	agosto
art.	Artigo
CF	Constituição Federal
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CONT. PREV.	Contribuição Previdenciária
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN	Código Tributário Nacional
DARF	Documento de Arrecadação das Receitas Federais
dez.	dezembro
EPP	Empresa de Pequeno Porte
fev.	fevereiro
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
jan.	janeiro
jul.	julho
jun.	junho
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
LC	Lei Complementar
LP	Lucro Presumido
Mar.	março
ME	Microempresa
nov.	novembro
out.	outubro
PIS	Programa de Integração Social
PJ	Pessoa Jurídica

S.A	Sociedade Anônima
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
set.	setembro
SIMPLES	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte
Trim.	Trimestre

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - SEBRAE – Classificação do porte das empresas segundo pessoal ocupado	18
Tabela 2 - Alíquotas de Recolhimento – Microempresa – ME.....	24
Tabela 3 - Alíquotas de Recolhimento – Empresa de Pequeno Porte – EPP.....	25
Tabela 4 - Percentuais aplicáveis sobre a receita para determinação do Lucro Presumido.....	29
Tabela 5 - Encargos sociais devidos pela P.J. optante pelo Lucro Presumido	33
Tabela 6 - Empresa L - Modalidade: SIMPLES – ME.....	36
Tabela 7 - Empresa L - Imposto de Renda.....	36
Tabela 8 - Empresa L - Contribuição Social.....	37
Tabela 9 - Empresa L - Contribuição Previdenciária.....	37
Tabela 10 - Empresa L – PIS	37
Tabela 11 - Empresa L – COFINS.....	37
Tabela 12 - Empresa L - Tabela comparativa – Lucro Presumido / SIMPLES (Impostos detalhados por trimestre).....	38
Tabela 13 - Empresa X - Modalidade: SIMPLES – EPP	39
Tabela 14 - Empresa X - Imposto de Renda.....	40
Tabela 15 - Empresa X - Contribuição Social.....	40
Tabela 16 - Empresa X – Contribuição Previdenciária.....	40
Tabela 17 - Empresa X – PIS.....	41
Tabela 18 - Empresa X – COFINS.....	41
Tabela 19 - Empresa Y – Modalidade: SIMPLES – EPP.....	42
Tabela 20 - Empresa Y – Imposto de Renda.....	42

Tabela 21 - Empresa Y – Contribuição Social	42
Tabela 22 - Empresa Y – Contribuição Previdenciária	43
Tabela 23 - Empresa Y – PIS	43
Tabela 24 - Empresa Y – COFINS	43
Tabela 25 - Empresa Z - Modalidade: SIMPLES – EPP	44
Tabela 26 - Empresa Z - Imposto de Renda	44
Tabela 27 - Empresa Z - Contribuição Social	44
Tabela 28 - Empresa Z - Contribuição Previdenciária	45
Tabela 29 - Empresa Z – PIS	45
Tabela 30 - Empresa Z – COFINS	45
Tabela 31 - Empresas X, Y e Z - Tabela comparativa – Lucro Presumido / Simples (Impostos detalhados por trimestre)	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sonegação fiscal x Planejamento tributário.....	15
--	----

RESUMO

A elevada carga tributária existente no Brasil, tem levado os contribuintes a realizar o planejamento tributário como uma ferramenta de gestão, com objetivo de proporcionar economia tributária e consequentemente manter seu preço competitivo e estabilizar-se no mercado.

Com base no princípio constitucional da estrita legalidade, todos os indivíduos não são obrigados a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa que não seja proibida ou exigida por lei, sendo assim, o planejamento tributário é um direito que todos os contribuintes têm de organizar, de forma lícita, seus negócios, para recolher menos tributos ao fisco. Esta atividade empresarial vem destacando-se atualmente, principalmente de forma preventiva, buscando informar o ônus tributário de cada modalidade de tributação e opções apresentadas pela legislação tributária brasileira.

Neste sentido, esta monografia apresenta o planejamento tributário como uma ferramenta de estudo e análise preventiva, para a micro e pequena empresa, quando da escolha de qual modalidade de tributação – Lucro Presumido ou SIMPLES, será mais vantajosa em termos financeiros e burocráticos. Para isto, este estudo faz um breve apanhado sobre contabilidade tributária, direito tributário, planejamento tributário e suas generalidades, caracteriza a micro e pequena empresa e adentra na legislação tributária referente ao Lucro Presumido e ao SIMPLES.

Finalmente, é apresentada uma simulação com quatro empresas, para demonstrar as vantagens da aplicação do planejamento tributário.

1 - INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo estão dispostas as considerações iniciais, que compreendem a problemática do tema, os objetivos pretendidos com o estudo, a justificativa, bem como a metodologia aplicada a pesquisa.

1.1 Tema e problema

Muitos brasileiros apontam a carga tributária como uma das principais causas da estagnação de seus negócios, uma vez que esta compromete a competitividade. Contudo, a legislação brasileira oferece meios para que o contribuinte possa diminuir a carga tributária, como por exemplo, o SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte).

O planejamento tributário surge como instrumento de defesa do empresariado e consiste em reduzir ou retardar, de forma legal, a saída de numerários provenientes do pagamento ou transferência de impostos.

As empresas de grande porte geralmente dispõem de estrutura administrativa para elaborar um planejamento tributário, visando o cumprimento de seus objetivos e obrigações. Já as micro empresas e as empresas de pequeno porte, que não comportam essa estrutura, não realizam em sua gestão administrativa um planejamento que proporcione economia tributária. Também, por sua característica própria, carecem de capital de giro para seus negócios, pois não possuem estrutura financeira e administrativa compatível com suas reais necessidades.

Na pretensão de estudar o assunto, até aqui abordado, este trabalho monográfico adota como tema: Planejamento Tributário: uma escolha entre as modalidades de tributação – Lucro Presumido ou SIMPLES, no qual busca contribuir respondendo o seguinte problema: como o planejamento tributário pode contribuir às micro empresas e às empresas de pequeno

porte que queiram reduzir sua carga tributária, perante as modalidades de tributação acima citadas de forma legal?

1.2 Objetivos

Esta monografia tem como objetivo geral demonstrar como o planejamento tributário pode auxiliar na escolha de qual modalidade de tributação: lucro presumido ou SIMPLES, proporcionará, dentro do possível, economia de impostos e contribuições para a micro e pequenas empresas.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Conceituar e apresentar as generalidades do planejamento tributário.
- Apresentar a classificação das micro e pequenas empresas.
- Explicitar as seguintes modalidades de tributação: Lucro Presumido e SIMPLES.
- Apresentar as vantagens fiscais resultantes da aplicação do planejamento tributário na escolha entre o Lucro Presumido e o SIMPLES.

1.3 Justificativa

As receitas públicas que antigamente tinham sua origem nas extorsões e explorações do povo e mais tarde do comércio estatal, atualmente são originadas, em grande parte, do sistema tributário. As receitas tributárias são obtidas de forma compulsória, exigidas dos particulares por força e com base na lei, são os denominados tributos. Os tributos se constituem de cinco espécies: impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuição social e empréstimo compulsório.

As empresas não suportam tantos e tão elevados tributos, além de ter que custear os departamentos que cuidam da apuração dos impostos devidos e do recolhimento ao fisco. As principais dificuldades apontadas pelos contribuintes são o número de impostos, os prazos de recolhimento e a complexidade de entendimento da legislação tributária. De outra forma, se o governo diminuísse o número de impostos dificultaria a sonegação por parte dos contribuintes. Se houvesse a redução da carga tributária as empresas produziriam mais porque teriam capital para reinvestir e a arrecadação seria maior por parte do Estado.

A sonegação, fraude, ou evasão fiscal, é realizada tanto por pessoas que acham que vale a pena correr o risco de deixar de saldar suas obrigações com o fisco, de maneira

Intencional, como também, por aquelas que, por falta de conhecimento da existência da obrigação tributária, em decorrência da complexidade do sistema tributário do país, deixam de saldar suas obrigações involuntariamente.

Para ordenar e programar seus negócios, o contribuinte tem o direito de escolher o caminho de sua preferência, inclusive, aquele que menos lhe onere em relação ao pagamento dos tributos. Assim, ele nem sempre é obrigado a optar pelo da maior arrecadação ao fisco.

A solução legal encontrada pelo contribuinte para a redução das despesas fiscais denomina-se planejamento tributário, elisão fiscal ou economia de impostos. Para que este planejamento seja realizado é necessário um estudo aprofundado da legislação tributária e da real situação da empresa que deverá apresentar seus registros contábeis bem executados e que produzam informações confiáveis.

As empresas deveriam considerar o contador como uma ferramenta de assessoria, para organizar suas atividades, uma vez que, o mesmo detém conhecimentos para proporcionar a economia tributária.

1.4 Metodologia da pesquisa

Nesta parte do capítulo introdutório serão abordadas a metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa e as limitações encontradas para a realização desta monografia.

1.4.1 Metodologia aplicada

A ciência é o instrumento pelo qual se produz o conhecimento científico. O conhecimento científico é obtido através de observação da natureza e causa de fatos empíricos.

Assim, Lakatos e Marconi (1992:17) definem, de forma abrangente, o conhecimento científico:

“... o conhecimento científico é real (factual) porque lida com ocorrência ou fatos...constitui um conhecimento contingente, pois as suas proposições ou hipóteses têm a sua veracidade ou falsidade conhecida através da experimentação e não apenas pela razão...é sistemático já que se trata de um saber ordenado logicamente,

formando um sistema de idéias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos. Possui a característica da verificabilidade a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Constitui-se em conhecimento falível em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final, e por este motivo é aproximadamente exato: novas proposições e desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente.”

Diferencia-se o conhecimento científico do conhecimento popular “senso comum”, visto que este último não é estudado e analisado racionalmente. O conhecimento popular “é o saber que enche nossa vida diária e que se possui sem o haver procurado ou estudado, sem a aplicação de um método e sem haver refletido sobre algo.” (Babini apud Lakatos e Marconi, 1992:15)

É através da pesquisa que se obtém o conhecimento da realidade bem como se encontram respostas para os problemas. Esta, por sua vez, utiliza o método científico como o meio para atingir seus fins. Gil (1993:19) define pesquisa como “...o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A pesquisa é primeiro passo dado pelo estudante universitário para que ele possa escrever sua monografia. É o momento em que este deixa de apenas ler e ouvir para se informar e passa a desenvolver senso crítico e expressá-lo na produção da monografia.

Lakatos e Marconi (1991:235), definem monografia como sendo:

“ Descrição ou tratado especial de determinada parte de uma ciência qualquer, dissertação ou trabalho escrito que trata especialmente de determinado ponto da ciência, da arte, da história Tc...trata-se portanto de um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia.”

É importante salientar que a monografia precisa apresentar a reflexão do pesquisador sobre determinado assunto e que ela implica originalidade mesmo que não se trate de uma novidade pois a ciência está sujeita a modificações.

O método de investigação científica que caracteriza esta monografia é a pesquisa bibliográfica. Trata-se do levantamento de algumas bibliografias publicadas nos últimos anos no universo científico em forma de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita e artigos científicos, dentre outros. Neste caso, a pesquisa será em grande parte baseada na legislação tributária brasileira.

1.4.2 Limitações da pesquisa

A principal limitação desta monografia se refere à carência bibliográfica sobre planejamento tributário.

Para futuras consultas a esta monografia, deve-se considerar as atualizações da legislação tributária brasileira.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo apresenta a revisão bibliográfica segundo os autores e de acordo com a proposta deste estudo.

2.1 Contabilidade tributária

A contabilidade é a ciência que tem por objetivo gerar informações exatas a respeito de mutações e variações patrimoniais, para que o usuário possa, assim, tomar decisões. “A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilidade.”(Iudícibus *et alli*, 1995:58)

A contabilidade ramifica-se em várias especializações que estudam o patrimônio sobre aspectos diferenciados. Um dos ramos da contabilidade é a contabilidade tributária. Segundo Fabretti (1999:25) contabilidade tributária “é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária de forma simultânea e adequada”.

Sá (1995:103) não considera contabilidade tributária como um ramo da contabilidade, equipara-a à escrita fiscal: “Esta denominação é nova na terminologia contábil e, como muitas outras, julgamo-la inconveniente, embora muito aplicada. A denominação escrita fiscal equívale a esta, pois, como explicamos, sempre, no texto da obra, existe confusão entre os termos”.

Dentre os usuários das informações providas pela contabilidade estão: os acionistas, os administradores, os credores em geral, os integrantes do mercado de capitais e outros, que buscam informações que demonstrem a real situação patrimonial da empresa; e o

fisco, que buscará um resultado onde já foram efetuados ajustes na forma de adições ou exclusões ao lucro líquido da entidade, para efeito principalmente de imposto de renda, em outras palavras: “resultado fiscal” ou “lucro real”.

Percebe-se que as informações necessárias ao fisco são diferentes das procuradas pelos usuários internos e externos. No entanto, na prática, a contabilidade vinha sendo realizada com base em critérios da legislação fiscal por ser uma forma mais fácil de atender o fisco, e nem sempre adotava critérios contábeis corretos, ou seja, não aplicava-se os princípios contábeis. Entretanto, a Lei das Sociedades Anônimas, em seu artigo 177 disciplinou o assunto determinando que a escrituração deve ser feita seguindo-se os preceitos da Lei das S.A e dos princípios da contabilidade geralmente aceitos. Para atender a legislação tributária, ou outras exigências feitas à empresa que tenham critérios contábeis diferentes dos da Lei das S.A . ou dos princípios fundamentais de contabilidade, devem ser adotados registros auxiliares à parte, como por exemplo o LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real). Desta forma, tanto os usuários internos e externos, como o fisco podem ter acesso à informação adequada às suas necessidades.

2.2 Direito tributário brasileiro

Antes de adentrar no estudo dos tributos, faz-se necessário conceituar o Direito e distinguir os seus vários ramos. Direito é o conjunto de princípios e normas jurídicas vigentes num determinado país em uma determinada época com a finalidade de regular a vida social, diz Cassone (1997). Por sua vez, como toda ciência, divide-se em ramos, sendo seus dois maiores troncos o direito privado e o direito público. Como o próprio nome indica, o primeiro trata das relações entre particulares, e o segundo, das relações entre particulares e o Estado, do próprio Estado e deste com outros Estados Estrangeiros. O Direito Público subdivide-se em: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Financeiro, Direito Judiciário e Direito Penal. O Direito Tributário é parte do Direito Financeiro. Cassone (1997:29) define Direito Tributário como sendo “parte do Direito Financeiro que estuda as relações jurídicas entre o Estado (fisco) e os particulares (contribuintes), no que concerne à instituição, arrecadação, fiscalização e extinção do tributo. É direito autônomo, pois se rege por princípios e normas próprias.”

O Direito Tributário é regido pela Constituição Federal e respectivamente pelos princípios que disciplinam a tributação. A Lei Complementar que estabelece as normas gerais

do Direito Tributário é o Código Tributário Nacional, que desdobra os princípios jurídico-tributários contidos na CF em normas gerais pertinentes aos tributos, fixando seus fatos geradores principais e aspectos.

O CTN dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Criado pela Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, possui alterações posteriores, inclusive as resultantes da Constituição Federal de 1988.

2.3 Princípios constitucionais tributários

Ferreira (1985:1393) conceitua princípio como sendo “proposições diretoras de uma ciência, às quais todo desenvolvimento posterior dessa ciência deve estar subordinado.” Traçando um paralelo com o caso em estudo, podemos concluir que as normas jurídicas, são orientadas pelos princípios constitucionais tributários sendo que a não observância destes princípios pode invalidá-las.

Os Princípios constitucionais previstos na CF são, dentre outros: o princípio da legalidade, da anualidade ou da anterioridade, da irretroatividade, da capacidade contributiva, da estrita igualdade, da proibição de tributo com efeito de confisco e o da liberdade de tráfego de pessoas e bens.

1 – Princípio da Legalidade

A CF assim define o princípio da Legalidade:

“Artigo 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados e Municípios:

I – exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça.”

Conclui-se, diante do exposto, que não pode haver cobrança ou aumento de tributo (seja por elevação da alíquota ou pela ampliação da base de cálculo) sem que a lei estabeleça, ou seja, a autoridade administrativa deve observar a norma jurídica competente para poder exigir ou aumentar tributos. Somente a lei poderá definir a hipótese de incidência tributária.

2 - Princípio da Anualidade ou da Anterioridade

A CF define o princípio da Anualidade ou da Anterioridade da seguinte forma:

“Artigo 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados e Municípios:

III – cobrar tributos:

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;”

Muito embora o princípio da anualidade seja ainda citado por alguns autores, não é mais utilizado, este cedeu lugar ao princípio da anterioridade da lei, segundo este princípio a lei deve ser publicada no exercício financeiro anterior ao da sua exigibilidade. Cabe aqui ressaltar que o exercício financeiro inicia no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de dezembro. Não há mais a obrigatoriedade desta estar prevista na lei orçamentária elaborada e aprovada no exercício anterior ao da cobrança, com previa o princípio da anualidade. (Baleeiro, 1999)

Segundo o art. 153 da CF, o princípio da anterioridade ou da anualidade não se aplica aos seguintes impostos da União: imposto sobre produtos industrializados; imposto sobre a importação de produtos estrangeiros; imposto sobre a exportação, para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados e imposto sobre operações financeiras.

Outra exceção se aplica às contribuições sociais, pois estas são exigidas após noventa dias da data de publicação da lei que as instituiu ou modificou. (art. 195, parágrafo 6º da CF)

3 – Princípio da Irretroatividade

Considera a CF como princípio da Irretroatividade:

“Artigo 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados e Municípios:

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início de vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.”

Sendo assim, lei não pode retroagir para aplicar-se as fatos já ocorridos antes de sua vigência, quando a lei inexistia.

4 – Princípio da capacidade contributiva

O Princípio da capacidade contributiva, está assim disposto na CF:

“Artigo 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I – impostos;

Parágrafo 1º. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária especialmente para conferir efetividade a esses objetos, identificar, respeitando os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.”

Este princípio é pertinente aos impostos e expressa que a lei deve ser estabelecida de maneira que, quem pode mais paga mais e quem pode menos paga menos.

5 – Princípio da Estrita Igualdade

O princípio da estrita igualdade é espécie dos direitos e garantias fundamentais onde “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade ...” (art. 5º da CF de 1988). Isto significa que, todos os contribuintes devem ser tratados de maneira uniforme e sem distinção, o que não implica em nenhuma controvérsia a respeito da progressividade de alguns impostos (por exemplo, o imposto de renda), mas o realiza com absoluta adequação, proporcionando a igualdade entre os que podem pagar mais e os menos abastados, que apresentam poucos recursos, e consequentemente menor capacidade contributiva.

Este princípio está assim disposto na CF:

“Artigo 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados e Municípios:

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;”

Ramina (1996:76) diz que, segundo este princípio os contribuintes em situação semelhante devem ser tratados da mesma forma e exemplifica da seguinte maneira: “Assim permite-se tratamento menos burocrático às micro e pequenas empresas, se comparadas com sociedades anônimas (S/A); assim como alíquotas do imposto sobre a renda tanto maior quanto maior for a renda do contribuinte.”

6 – Princípio da Proibição de Tributo com efeito de confisco

Para Campos Jr. (1994:43) “O conceito de confisco vem do direito do fisco (Estado) de apreender bens do particular para a satisfação de uma dívida tributária, penal, civil, etc.”

Este princípio está expresso da seguinte maneira na CF:

“Artigo 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados e Municípios:

IV- utilizar tributo com efeito de confisco.”

A União, os Estados e os Municípios não podem utilizar-se dos tributos como forma de confisco, ou seja, para apropriar-se dos bens dos contribuintes.

7 – Princípio da Liberdade de Tráfego de Pessoas e bens

O princípio da Liberdade de Tráfego de Pessoas e bens, está assim disposto na CF:

“Artigo 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados e Municípios:

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meios de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.”

Aduz Machado (1995: 31) que: “... é importante esclarecer que esta regra não impede a cobrança de impostos sobre a circulação de operações interestaduais ou intermunicipais. O que ela proíbe é a instituição da proibição de tributo em cuja a hipótese de

incidência seja elemento essencial a transposição de fronteira interestadual ou intermunicipal.”

Cabe aqui lembrar que pedágio segundo sua natureza jurídica é taxa e não imposto.

2.4 Crimes fiscais

Para Frabretti (1999:172), crimes fiscais são “... atos praticados pelo sujeito passivo contribuinte ou responsável, ou ainda por terceiro que procure beneficiar sujeito passivo, de forma dolosa, isto é, intencional, visando a causar prejuízo aos cofres públicos ...”.

Os crimes fiscais previstos no Brasil são:

2.4.1 Fraude

“É caracterizada por toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido ou a evitar ou diferir o seu pagamento.”(Ribeiro, 1994: 15)

Ribeiro *apud* Huck (1997:103) conceitua fraude como sendo “...toda ação ou omissão que tenha finalidade de violar indiretamente a norma tributária, evitando, reduzindo ou retardando a obrigação fiscal.”

A fraude pode também ser definida pela elaboração de declaração falsa ou omissão na declaração de rendas, bens ou fatos, para desobrigar-se, total ou parcialmente do pagamento de tributos. (Ramina, 1996)

2.4.2 Simulação

O artigo 102 do código civil diz haver simulação quando:

“I – aparentar conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas das a quem realmente se confere, ou transmite.

II – conter declaração, confissão, condição, ou cláusula não verdadeira.

III – os instrumentos particulares forem antedatados ou pós-datados.”

Na simulação há alteração consciente da declaração pelas partes de forma a induzir terceiros ao engano. (Huck, 1997).

Ferrara *apud* Huck (1997) aponta três características relevantes na simulação: a divergência entre a vontade e a manifestação, um acordo entre as partes, e a finalidade de enganar e iludir terceiros.

2.4.3 Conluio

Segundo Ferreira (1989:131) conluio consiste na “combinação entre duas ou mais pessoas para lesar outrem, ...” Já Ribeiro (1994) define conluio como sendo o acordo doloso entre duas pessoas, naturais ou jurídicas, visando a fraude ou a sonegação.

2.4.4 Sonegação fiscal

Ribeiro (1994:16) considera sonegação fiscal como:

“É toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

- da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstância material;
- das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.”

A sonegação fiscal caracteriza-se pela prestação de declarações falsas ou pela omissão, total ou parcial de informações que devem ser prestadas ao fisco. A sonegação também se constituirá quando da inserção de elementos inexatos, da omissão de rendimentos ou operações de qualquer natureza, ou da alteração de faturas e despesas com o objetivo de isentar-se ou pagar menos tributos à Fazenda Pública. (Ramina, 1996)

2.5 Planejamento tributário

Planejamento tributário, planejamento fiscal, elisão fiscal, são conotações distintas de uma mesma atividade prática e lícita do contribuinte, realizada antes da ocorrência do fato gerador do tributo com intuito de proporcionar economia tributária. Este pode ser realizado no

âmbito da própria empresa, através de medidas gerenciais que possibilitem a não ocorrência do fato gerador do tributo, a redução do montante devido ou que adie o seu vencimento; no âmbito da esfera administrativa que arrecada o tributo, utilizando meios legais para a redução do ônus tributário; e por medidas judiciais, podendo assim suspender o pagamento, reduzir a base de cálculo ou alíquota e contestar a legalidade da cobrança. Temos como exemplos freqüentes de planejamento tributário as reorganizações societárias e negócios especialmente desenhados para aproveitar facilidades contidas nas leis fiscais.

“Planejamento tributário é o procedimento que uma empresa adota, antes da ocorrência dos fatos geradores e dentro dos limites da lei, visando:

- não recolher tributo algum;
- diminuir o “*quantum*” a recolher;
- recolher a importância devida no maior prazo possível;
- e/ou reduzir os custos das obrigações acessórias.” (Ribeiro, 1994: 15)

Costa *apud* Huck (1997), define o planejamento tributário, como sendo a previsão de um conjunto de ações ou procedimentos que, sem ofensa à lei, conduzam ao menor ônus tributário possível.

As finalidades do planejamento tributário são:

- Evitar a incidência do imposto: tomam-se providências com o fim de evitar a ocorrência do fato gerador do tributo.
- Reduzir o montante do tributo: as providências são no sentido de reduzir a alíquota ou reduzir a base de cálculo do tributo.
- Retardar o pagamento do tributo: o contribuinte adota medidas que têm por fim postergar (adiar) o pagamento do tributo, sem a ocorrência da multa. Para tanto é necessário a adoção de medidas administrativas ou judiciais. (Disponível na Internet. <http://www.ibpt.com.br>)

Quadro 1
Sonegação fiscal x Planejamento tributário

Sonegação Fiscal	Planejamento Tributário
<ul style="list-style-type: none"> • Illegal; • Passível de sanção penal (crime de sonegação fiscal); • Medidas adotadas após a ocorrência do fato gerador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Legal; • não é passível de sanção; • medidas adotadas antes da ocorrência do fato gerador .

Fonte: Disponível na Internet. <http://www.ibpt.com.br>

2.5.1 Elisão

A elisão já era estudada desde o início do século vinte, entretanto, só ganhou destaque no direito tributário na década de setenta. Para Huck (1997:22) elisão “é a faculdade clássica de o indivíduo em configurar seu negócio jurídico lícitamente, utilizando das formas disponíveis do direito privado, de tal modo a não construir um fato imponible, abortando o nascimento da obrigação tributária.”

O planejamento tributário conduz ao conceito de elisão “como sendo o procedimento utilizado pelo sujeito passivo da obrigação tributária, com a finalidade de reduzir o peso de sua carga fiscal, pela escolha dentre diversos dispositivos e alternativas da lei, daqueles que lhe permitem pagar menos.”(Huck, 1997: 24)

Sampaio Dória, adota o termo evasão lícita para elisão. O autor entende como sendo lícita, a evasão preventiva que, por processos sempre lícitos, afastam, reduzem ou retardam a ocorrência do fato gerador. (Dória *apud* Greco, 1998)

2.5.2 Evasão

A evasão é uma expressão tributária na qual o contribuinte, agindo de má fé, de forma deliberada e não acidental, busca pagar menos imposto do que sabe ser devido. A evasão ocorre quando o contribuinte não transfere ou deixa de pagar integralmente ao fisco um imposto, considerado devido por força de lei. (Huck 1997)

Na opinião de Huck (1997) evasão fiscal é fenômeno social e coexiste com o tributo. Ela existe indiferente de grau cultural, nível econômico, índice de respeito às normas jurídicas pelo povo, seu esclarecimento cívico, seu nível de consciência ou de participação política.

Pode-se diferenciar, resumidamente, elisão de evasão por dois aspectos relevantes no procedimento de cada uma: legal ou ilegal; e pelo tempo em que estas ocorreram: antes ou depois do fato gerador. Ou seja, a elisão somente se configura quando ainda não se entrou na relação fiscal, e a economia de impostos foi realizada legalmente.

Entretanto, os legisladores estão cada vez mais interessados em bloquear o caminho dos contribuintes na busca da redução de impostos através de normas claras e abrangentes para que não haja questionamento sobre a exigibilidade do tributo. Outra forma de conter a elisão que vem sido discutida são as presunções legais (por trás de um fato conhecido há sempre um desconhecido) e analogia. Na analogia se utiliza a mesma disciplina de um caso simular já regulado, para um caso não regulado. (Huck, 1997)

2.6 Classificação das micro e pequenas empresas

Existe uma grande dificuldade em estabelecer critérios de classificação das empresas por tamanho, no entanto, algumas variáveis são de extrema utilidade para uma possível definição. Morelli (1994) separa as diversas variáveis existentes para que se estabeleça um critério de classificação das empresas em dois grupos: as variáveis qualitativas como aquelas que dizem respeito à forma de administração e ao tipo de inserção no mercado, e as quantitativas, que são resultado de informações colhidas no registro contábil da empresa e nos censos econômicos.

Entre as variáveis qualitativas de maior utilização para classificação das empresas temos: acesso ao mercado de capitais e as inovações tecnológicas; existência de divisão do

trabalho especializado; nível de especialização da mão-de-obra; existência de relacionamento pessoal do administrador com empregados/fornecedores; relações internas/externas do tipo essencialmente pessoal; ausência de um sistema de informações para a tomada de decisões; a forma e o grau de concorrência; o tipo de máquinas e ferramentas utilizadas; a caracterização da tecnologia adotada; a existência de participação direta do proprietário no processo de produção, comercialização e/ou prestação de serviços e a falta de conhecimento e utilização de modernas técnicas de administração. Entretanto, estas variáveis são de difícil mensuração, dificultando assim sua utilização. (Morelli, 1994)

As variáveis quantitativas freqüentemente são: volume de emprego; volume de produção; investimento realizado (ativo fixo); faturamento; potência instalada; potencialidade; capital social; patrimônio líquido e participação no mercado. Muitas vezes, fica difícil obter estes dados devido à falta de um sistema contábil organizado nestas empresas. (Morelli, 1994)

A definição das micro e pequenas empresas é, de fato, uma questão muito complexa de ser resolvida de forma precisa. As variáveis mais utilizadas, no Brasil, para determinação das micro empresas e empresas de pequeno porte de maneira mais adequada e de fácil verificabilidade são o faturamento e o volume de emprego.

Para fins fiscais, a variável adotada pelo governo brasileiro para classificação das micro e pequenas empresas é o faturamento. De acordo com o artigo 2º da Lei N.º 9.841, de 5 de outubro de 1999, que institui o estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte em conformidade com os artigos 170 e 179 da Constituição Federal considera-se:

“I – microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);

II – empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).”

Já o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, adota o número de pessoal ocupado para a classificação da MPE, como se pode observar no quadro apresentado na página seguinte.

Tabela 1
Sebrae – Classificação do Porte das Empresas Segundo Pessoal Ocupado

Pessoal ocupado Setor	Micro Empresa ME (Até)	Pequena Empresa EP (Entre)	Média Empresa MDE (Entre)	Grande Empresa GE (Acima)
Comércio/Serviços	09	10/49	50/99	100
Indústria	19	20/99	100/499	500

Fonte: MORELLI, Gustavo Henrique Faria. Micro e Pequenas Empresas: A necessidade da prioridade na política econômica, 1994.

Esta classificação é realizada somente internamente pelo SEBRAE, na sua atribuição de apoiar as micro e pequenas empresas.

2.7 Tributo

Campos Jr. (1994: 30-31) assim escreve sobre a origem do termo tributo:

“Originalmente tributo era a reparação de guerra devida pelo vencido ao vencedor, era o butim, a reparação pelos danos causados pelo conflito bélico. Na verdade era o poder extorsivo exercido pelo vencedor sobre o vencido, subtraindo a seu talante bens materiais (jóias, bens materiais, etc.) e bens pessoais (escravos).”

De acordo com o artigo 3º do Código Tributário Nacional de 1966, define-se tributo como sendo:

“... toda prestação pecuniária compulsória, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

Os tributos são criados através de leis ordinárias que estabelecem as obrigações e direito dos contribuintes. Classificam-se, segundo a CF, em:

- Impostos (art. 145, I; 153; 156)
- Taxas (art. 145, III)
- Contribuição de melhoria (art. 145, III)
- Contribuições:

1 – sociais: para seguridade social (art. 149; 195, I, II, III e parágrafo 4º) ; para o salário educação (art. 212, parágrafo 5º) ; para entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical (art. 240)

2 – de intervenção no domínio econômico (art. 149)

3 – de interesses de categoria profissionais ou econômicas – corporativas (art. 149)

- Empréstimos compulsórios (art. 148)

Conforme constam nas fontes do direito tributário, os elementos fundamentais do tributo são: fato gerador, hipótese de incidência, contribuinte ou responsável, base de cálculo, alíquota e adicional.

Fato gerador é a situação ou acontecimento previsto em lei que faz nascer a obrigação tributária. Hipótese de incidência é a previsão legal de onde o tributo vai incidir, traçando um paralelo com o fato gerador, poderíamos dizer que a hipótese de incidência prevê o fato na lei e o acontecimento deste, que origina a obrigação tributária, é denominado de fato gerador. (Fabretti, 1999)

O contribuinte é aquela pessoa que tem relação pessoal e direta com a situação que constitui o fato gerador e acomete como pagador do tributo. Já o responsável é aquele que não estando na condição de contribuinte tem sua obrigação expressa por lei. (Fabretti, 1999)

Ao valor sobre o qual é aplicada a alíquota é dado o nome de base de cálculo. Alíquota é o percentual definido em lei, que, aplicado à base de cálculo, determina o montante do tributo que será pago ao Estado. (Fabretti, 1999)

Serão abordados, conforme propósitos os desta monografia as seguintes espécies de tributos: impostos e contribuições sociais.

2.7.1 Imposto

O art. 16, do Código Tributário Nacional define Imposto como sendo "...o tributo cuja a obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte".

Os impostos são classificados na CF, conforme pessoa jurídica de direito público instituidora e arrecadadora, em federais, estaduais e municipais.

Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica, é um imposto de competência privativa da União, e, por recair diretamente sobre o contribuinte que está diretamente ligado ao fato gerador é considerado como tributo direto.

"As firmas civis ou comerciais, sejam individuais ou coletivas, domiciliadas no Brasil e dedicadas habitual e profissionalmente a fins especulativos de lucro, são consideradas "pessoas jurídicas" e sujeitas a imposto não discriminado, quaisquer que sejam as fontes ou natureza de seus proventos, desde que superiores ao teto legal."(BALEEIRO, 1999: 319)

Baleeiro (1999) faz um breve histórico da instituição do imposto sobre a renda no Brasil. O autor diz que a mais de cem anos os brasileiros já estavam planejando implantar o imposto sobre a renda no Brasil, mas somente em 1926 com Regulamento Souza Reis que se baseava no modelo francês é que este o imposto foi implantado efetivamente no país. Refere-se também ao imposto sobre a renda, como de grande importância em termos de arrecadação de receita tributária no Brasil.

"O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I – de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II – de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior."(art. 43, CTN)

As modalidades de tributação do IRPJ são as seguintes: lucro real, lucro presumido, lucro arbitrado e SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte)

2.8 SIMPLES

O SIMPLES é um regime tributário que estabelece tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às pessoas jurídicas consideradas como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em cumprimento ao que determina o art. 179 da CF. O referido artigo dispõe do tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativos, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial para as empresas supra citadas.

O SIMPLES é uma forma simplificada e unificada de recolhimento de tributos, por meio da aplicação de percentuais progressivos, incidentes sobre uma única base de cálculo, a receita bruta. Os limites da receita bruta são proporcionais ao número de meses em que a empresa tiver exercido a atividade durante o ano.

Microempresa é a pessoa jurídica que tenha auferido no ano-calendário anterior receita bruta igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais). Considera-se Empresa de Pequeno Porte, a pessoa jurídica que tenha auferido no ano-calendário receita bruta superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). (Lei nº 9.841/99). No entanto, a atual legislação do SIMPLES considera microempresa, para fins de enquadramento e definição de alíquotas, a pessoa jurídica que tenha auferido no ano-calendário receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Além do faturamento, para uma empresa entrar no sistema, esta deve estar regularmente constituída e registrada nos órgãos competentes (registro de comércio ou registro civil) e que seja exercida a opção por uma das condições (ME ou EPP), mediante alteração no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas).

Higuchi *et alli* (2000: 46-47), expõem de maneira resumida o art. 9 da Lei 9.317/96 que disciplina sobre as pessoas jurídicas que não podem optar pelo SIMPLES:

“I – que na condição de micro empresa tenha auferido, no ano calendário imediatamente anterior, receita superior a R\$ 120.000,00;

- II – que na condição de empresa de pequeno porte tenha auferido, no ano calendário imediatamente anterior receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00;
- III – constituída sob a forma de sociedade por ações;
- IV – cuja atividade seja de instituição financeira ou equiparada;
- V – que se dedique à compra ou à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;
- VI – que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;
- VII – de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;
- VIII – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior ;
- IX – cujo titular ou sócio participe com mais de 10 % do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse R\$ 1.200.000,00 ;
- X – de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;
- XI – cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50 % de sua receita bruta total;
- XII – que realize operações relativas à importação de produtos estrangeiros, locação ou administração de imóveis, armazenamento e depósito de produtos de terceiros, propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação, *factoring*, e prestação de serviços de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;
- XIII – que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional por lei, tais como médico, advogado, engenheiro, jornalista, etc.;
- XIV – que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos decorrentes de incentivos fiscais;
- XV – que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;
- XVI – cujo titular que participe de seu capital com mais de 10 % esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;
- XVII – que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência d Lei n.º 9.317/96;
- XVIII – cujo titular ou sócio com participação em seu capital superior a 10 % adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.”

Conforme o art. 3º da Lei n.º 9.317/96, os tributos e contribuições pagos de forma unificada pela empresa que se enquadrar no SIMPLES são:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ.
- Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP.
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.
- Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
- Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica.

O art. 4º da Lei n.º 9.317/96, que foi alterado pelo art. 3º da Lei n.º 9.732/98, dispõe que o SIMPLES poderá também incluir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, desde que a Unidade Federada ou o Município, em que esteja estabelecida a pessoa jurídica, venha a ele aderir mediante convênio. A Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte não poderão pagar o ICMS na forma do SIMPLES quando possuírem estabelecimento em mais de uma Unidade Federada ou se exercer atividade de transporte interestadual ou intermunicipal.

Contudo, atualmente, o SIMPLES não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devendo ser efetuado o respectivo recolhimento à parte:

- Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.
- Imposto sobre Importação de Produtos estrangeiros – II.
- Imposto sobre Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados – IE.
- Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos.
- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.
- Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira – CPMF.
- Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

Base de cálculo para o SIMPLES

A base de cálculo para o SIMPLES é a receita bruta, ou seja, o produto da venda de bens e serviços nas operações da empresa, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionalmente concedidos. Não é permitida mais nenhuma exclusão para fins da determinação da receita bruta apurada mensalmente, em virtude do tratamento tributário do SIMPLES ser diferenciado. (Lei n.º 9.317/96, art. 2º, § 2º).

Não se incluem no conceito de receita bruta os ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, nem os resultados não operacionais relativos aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos.

Cálculo do valor devido mensalmente pelas ME e EPP inscritas no SIMPLES

Primeiramente é necessário que se identifique a faixa de receita bruta em que se encontra a ME ou EPP para se identificar o percentual a ser utilizado. Para isto, é necessário que se verifique o total da receita bruta acumulada, dentro do ano-calendário, até o mês da apuração. Este percentual será aplicado sobre a receita bruta mensal auferida. Os percentuais para se chegar ao valor a ser recolhido mensalmente são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 2
Alíquotas de recolhimento – Microempresa – ME

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	PERCENTUAIS POR FAIXA DE RECEITA BRUTA %		
	ATÉ 60.000,00	60.000,01 A 90.000,00	90.000,01 A 120.000,00
IRPJ	ZERO	ZERO	ZERO
PIS/PASEP	ZERO	ZERO	ZERO
CSLL	ZERO	0,40	1,0
COFINS	1,80	2,00	2,0
CONTR./PREV.	1,20	1,60	2,0
SUBTOTAL I	3,0	4,0	5,0
IPI	0,50		
SUBTOTAL II	3,5	4,5	5,5
ICMS E/OU ISS	ATÉ 1,00		
TOTAL GERAL ATÉ	4,5	5,5	6,5

Fonte: Baseada na tabela de alíquotas do SIMPLES disponível no site <http://www.receia.fazenda.gov.br>

Tabela 3
Alíquotas de recolhimento – Empresa de Pequeno Porte – EPP

IMPOSTOS E	PERCENTUAIS POR FAIXA DE RECEITA BRUTA %				
CONTRIBUIÇÕES	ATÉ 240.000,00	240.000,01 a 360.000,00	360.000,01 a 480.000,00	480.000,01 a 600.000,00	600.000,01 a 720.000,00
IRPJ	0,13	0,26	0,39	0,52	0,65
PIS/PASEP	0,13	0,26	0,39	0,52	0,65
CSLL	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
COFINS	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
CONTR./PREV.	2,14	2,28	2,42	2,56	2,70
SUBTOTAL I	5,4	5,8	6,2	6,6	7,0
IPI	0,50				
SUBTOTAL II	5,9	6,3	6,7	7,1	7,5
ICMS E/OU ISS	ATÉ 2,5				
TOTAL GERAL ATÉ	8,4	8,8	9,2	9,6	10

IMPOSTOS E	PERCENTUAIS POR FAIXA DE RECEITA BRUTA %			
CONTRIBUIÇÕES	720.000,01 a 840.000,00	840.000,01 a 960.000,00	960.000,01 a 1.080.000,00	1.080.000,01 a 1.200.000,00
IRPJ	0,65	0,65	0,65	0,65
PIS/PASEP	0,65	0,65	0,65	0,65
CSLL	1,00	1,00	1,00	1,00
COFINS	2,00	2,00	2,00	2,00
CONTR./PREV.	3,10	3,50	3,90	4,30
SUBTOTAL I	7,40	7,80	8,20	8,60
IPI	0,50			
SUBTOTAL II	7,9	8,3	8,7	9,1
ICMS E/OU ISS	ATÉ 3,5			
TOTAL GERAL ATÉ	11,4	11,8	12,2	12,6

Fonte: Baseada na tabela de alíquotas do SIMPLES disponível no site <http://www.receita.fazenda.gov.br>

Consequências para a ME e EPP quando da ocorrência de excesso de receita

Microempresa

- deverá utilizar, a partir do mês em que for verificado o excesso, os percentuais da EPP;

- ficará, no ano-calendário subsequente, excluída do SIMPLES na condição de ME, podendo inscrever-se, se sua receita bruta não ultrapassar o limite anual de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e se houver a alteração do seu enquadramento até o último dia útil do mês de fevereiro;

Empresa de pequeno porte

- estará sujeita, a partir do mês em que for verificado o excesso, ao pagamento dos impostos e contribuições de acordo com os seguintes percentuais, aplicáveis sobre a totalidade da receita bruta auferida a partir desta data:
 1. 10,32% a título de impostos e contribuições abrangidos pelo SIMPLES: IRPJ, PIS/PASEP, CSLL, COFINS, Contribuições para a Seguridade Social a cargo da pessoa jurídica;
 2. 0,60% a título de IPI, caso seja contribuinte desse imposto;
 3. com relação ao ICMS e ISS, caso haja convênio com a Unidade Federada ou o Município, serão aplicados os percentuais máximos atribuídos nos respectivos convênios acrescidos de 20%.

Benefícios do SIMPLES

A pessoa jurídica que optar por se inscrever no SIMPLES terá seu imposto determinado por alíquotas favorecidas e progressivas, conforme a receita auferida, cumulativamente, no período. Além disto, o recolhimento será unificado em um único DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), o DARF-SIMPLES, diminuindo, assim, a burocracia e facilitando o processo de recolhimento para o contribuinte.

Outro benefício do SIMPLES é a facilidade de se calcular o valor a ser recolhido, pois o imposto é calculado através da aplicação de alíquotas sobre uma única base de cálculo: a receita bruta mensal.

Por último, a pessoa jurídica enquadrada no SIMPLES estará dispensada da obrigatoriedade de escrituração comercial para fins fiscais, desde que mantenha em boa ordem e guarda os Livros Caixa e Registro de Inventário e todos os documentos que serviram de base para a escrituração.

b) Lucro presumido

O Lucro Presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da CSLL, onde são aplicados percentuais sobre o faturamento que irão presumir o lucro que a empresa obteve durante o trimestre. A partir de 1999 a empresa que optar por esta forma de tributação deverá permanecer nela durante todo o ano calendário.

Conforme consta no art. 14 da Lei nº 9.718/98, as pessoas jurídicas que não se enquadrarem em nenhum destes impedimentos poderá enquadrar-se no regime de apuração com base no LP.

- cuja receita total, auferida no ano anterior, exceda a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), ou, se proporcional ao número de meses, exceda a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) ao mês;
- cujas atividades sejam de instituições financeiras ou equiparadas;
- que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- que usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto de renda;
- que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado o pagamento mensal do Imposto de Renda pelo regime de estimativa;
- que exerça atividade de “factoring”;
- que explorem atividades de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis, enquanto não forem concluídas as operações imobiliárias onde já foram registrados os custos orçados.

Segundo Higuchi (2000) a receita total, na qual será presumido um percentual de lucro, é definida pelo somatório:

- das receita bruta auferida na venda de produtos, mercadorias e/ou prestação de serviços;
- ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente e aplicações de ouro (não caracterizado como ativo financeiro);

- rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa e ganhos líquidos de operações financeiras de renda variável; e
- demais receitas e resultados positivos não abrangidos pelos acima citados, inclusive os rendimentos decorrentes de participações societárias.

Quanto ao reconhecimento destas receitas, as pessoas jurídicas optantes pela tributação com base no lucro presumido poderão optar pelo regime de competência ou pelo regime de caixa. Quando houver a escolha pelo regime de caixa, poderá ser determinada a base de cálculo para o pagamento do imposto de renda, da CSLL, do PIS e da COFINS, somente com a receita recebida do mês. Contudo, para que este procedimento esteja correto perante as exigências da Receita Federal, deverá ser emitida nota fiscal na venda de mercadoria ou conclusão de serviço; e, quando do registro dos recebimentos no livro caixa, indicar a nota fiscal correspondente a este.

Cabe aqui ressaltar que, se os valores registrados e apurados por estes regimes resultarem em um lucro maior ou menor do que o tributado pelo lucro presumido, a Receita Federal não efetuará o ajuste da diferença. O que pode ser favorável ou desfavorável para o contribuinte, conforme o caso. Contudo, se, no livro caixa, o valor dos pagamentos for maior do que os rendimentos auferidos pela P.J., a conta caixa apresentará saldo credor, o que, para Higuchi (2000) é sinal de omissão de receitas. O art. 24 da Lei n.º 9.249/95 dispõe que a P.J. que omitir receita ficará sujeita a multa de ofício de 75 %, mas se o contribuinte pagar no prazo de trinta dias esta ficará reduzida a 37,5 %. Omissão de receitas não gera processo criminal, o que incentiva a sonegação por parte de muitos contribuintes que acham que vale a pena correr o risco por ser remota a possibilidade da omissão ser detectada e da penalidade não ser tão alta.

Determinação do lucro presumido

O lucro presumido será determinado através da aplicação de percentuais diferenciados, conforme atividade exercida pela pessoa jurídica, sobre a receita bruta auferida no trimestre. A tabela da página a seguir, demonstrará, em conformidade com o art. 15 da Lei n.º 9.249/95 e do art. 25 da Lei n.º 9.430/96, os percentuais aplicáveis sobre a receita bruta da atividade.

Tabela 4
Percentuais aplicáveis sobre a receita para determinação do lucro presumido

Espécies de Atividades Geradoras da receita	Percentuais aplicáveis sobre a receita
Revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural.	1,6%
<ul style="list-style-type: none"> • Venda de mercadorias ou produtos (exceto revenda de combustíveis para consumo) • Transporte de cargas • Serviços hospitalares • Atividades imobiliárias • Atividade rural • Construção por empreitada, quando houver emprego de materiais próprios, em qualquer quantidade • Industrialização com materiais fornecidos pelo encomendante • Qualquer outra atividade (exceto prestação de serviços), para a qual não esteja previsto percentual específico 	8%
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de transporte (exceto o de cargas) • Serviços (exceto hospitalares, de transportes e de sociedades civis de profissões regulamentadas) prestados com exclusividade por empresas com receita bruta anual não superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) 	16%
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços em geral, para os quais não esteja previsto percentual específico, inclusive os prestados por sociedades civis de profissões regulamentadas • Intermediação de negócios • Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza • Serviços de mão-de-obra de construção civil, quando a prestadora não empregar materiais de sua propriedade nem se responsabilizar pela execução da obra 	32%

Fonte: IOB – INFORMAÇÕES OBJETIVAS. Apuração trimestral com base no lucro presumido. São Paulo, n.º 17, p. 28, 4ª semana de abr. 2000. Pasta ICMS – IPI e outros.

Alíquota do imposto de renda

A alíquota do imposto de renda para as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido é de 15% (quinze por cento), que será aplicada sobre o lucro presumido. (Higuchi, 2000).

A partir de 01.01.98, a parcela do lucro que exceder a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) ao trimestre, sujeita-se à incidência de adicional do imposto de renda à alíquota de 10% (dez por cento). (art. 4º da Lei 9.430/96)

O imposto de renda pago ou retido na fonte sobre receitas que integram a base de cálculo desta modalidade de tributação, poderá ser deduzido do imposto de renda apurado no trimestre.

Distribuição de lucros aos sócios

As pessoas jurídicas enquadradas no Lucro Presumido poderão distribuir lucros ou dividendos de resultados apurados através de escrituração contábil mesmo quando o período base não estiver encerrado. Assim, poderão ser distribuídos os resultados apurados em balanços levantados trimestralmente. (Higuchi *et alli*, 2000)

Regras de escrituração aplicáveis às pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES e no LP.

Tanto no LP como no SIMPLES, as pessoa jurídica não precisará manter a escrituração contábil nos termos da legislação comercial e fiscal, pois esta estará obrigada apenas a escriturar os pagamentos e recebimentos ocorridos em cada mês no livro caixa. (Higuchi *et alli*, 2000) No entanto, estas deverão manter em boa ordem e guarda, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes, os seguintes livros obrigatórios:

- Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda movimentação financeira, inclusive bancária;
- Livro Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário;
- Todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos respectivos livros.

Contudo, para fins de falência ou concordata, é necessário a apresentação da escrituração contábil conforme a legislação comercial estabelece no art. 10 da Lei 566, de 25 de junho de 1850 (Código Comercial Brasileiro).

“Art. 10. Todos os comerciantes são obrigados:

1. a seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e a ter os livros para esse fim necessários;
2. a fazer registrar no Registro do Comércio todos os documentos, cujo registro for expressamente exigido por este Código,

dentro de 15 (quinze dias) úteis da data dos mesmos documentos (art. 31), se maior ou menor prazo se não achar marcado neste código;

3. a conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondências e mais papéis pertencentes ao giro do seu comércio, enquanto não prescreverem as ações que lhes possam ser relativas (Tit. XVII);

4. a formar anualmente um balanço geral de seu ativo e passivo, o qual deverá compreender todo os bens de raiz, móveis e semoventes, mercadorias, dinheiros, papéis de crédito, e outra qualquer espécie de valores, e bem assim todas as dívidas e obrigações passivas; e será datado e assinado pelo comerciante a quem pertencer.”

Contribuição social sobre o lucro

As Contribuições Sociais são exigidas ou aumentadas através de Lei Complementar, do empregador, da empresa ou da entidade e incidem sobre: receita, lucro, folha de pagamento. Não apresentam-se mais no campo da parafiscalidade pois com a CF as contribuições sociais passaram a ser espécie do gênero tributo conforme consta nos artigos seguintes:

“Artigo 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesses de categorias profissionais e econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas...

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social”

“Artigo 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I – dos empregadores, incidente sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento ;
- c) o lucro;

II – sobre a receita de concursos prognósticos.

Parágrafo 4º A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade, obedecido o disposto no artigo 154, I.

Parágrafo 6º As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as tiver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no artigo 150, III, b.”

As pessoas jurídicas submetidas à tributação do IRPJ com base no lucro presumido e demais dispensadas de escrituração contábil, exceto as empresas optantes pelo SIMPLES, deverão apurar trimestralmente a Contribuição Social sobre o Lucro.

A base de cálculo da contribuição social sobre o lucro é definida pelos artigos 29 e 30 da Lei nº 9.430/96 como o somatório dos seguintes valores:

- 12% (doze por cento) da receita bruta de venda de mercadorias e/ou da prestação de serviços;
- ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente e aplicações de ouro (não caracterizado como ativo financeiro);
- rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa e ganhos líquidos de operações financeiras de renda variável; e
- demais receitas e resultados positivos não abrangidos pelos acima citados, inclusive os rendimentos decorrentes de participações societárias.

Alíquota

A alíquota para o cálculo da CSLL será de 9% (nove por cento) aplicados sobre a base de cálculo. Esta alíquota começou vigorar a partir de 1º.02.2000 e valerá até 31.12.2000, até então, a alíquota para o cálculo da CSLL era de 12% .(Higuchi *et alli*, 2000)

PIS/COFINS

O PIS e do COFINS são regulamentados pela Lei Complementar 70/91.

São contribuintes do PIS e do COFINS as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, exceto as micro e pequenas empresas que aderiram ao SIMPLES.

A base de cálculo também é a mesma para esses dois tributos. Nela estão incluídas as receitas auferidas, inclusive as variações monetárias ativas, independente de atividade exercida pela pessoa jurídica. As exclusões da base de cálculo do PIS e do COFINS são:

- “ I – o IPI, nas empresas contribuintes desse imposto;
- II – as vendas canceladas e os descontos concedidos incondicionalmente;

III – o ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador de serviços na condição de substituto tributário;

IV – as reversões de provisões e recuperações de crédito baixados como perda, que não representem ingressos de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita ;

V – os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos par outra pessoa jurídica, observadas as normas regulamentadoras expedidas pelo poder executivo;

VI – a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente;

VII – as receitas decorrentes dos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista;

VIII – as receitas da exportação de mercadorias para o exterior ...”
(IOB, ANO XXXIV, N.º 17, p. 10)

Alíquotas

As alíquotas do PIS e do COFINS são respectivamente 0,65 (zero vírgula sessenta e cinco) e 3% (três por cento).

Encargos Sociais

Os encargos sociais pagos pela pessoa jurídica optante do lucro presumido totalizam um percentual de 27, 8 % . (Lei N.º 8.212/91)

A base de cálculo é a folha de pagamento. O detalhamento deste percentual será demonstrado na tabela que segue:

Tabela 5
Encargos sociais devidos pela P.J. optante pelo lucro presumido

Encargos sociais	Percentual
INSS	20 %
Seguro contra acidente de trabalho	2 %
Salário educação	2,5 %
INCRA	0,2 %
SENAI ou SENAC	1 %
SESI ou SESC	1,5 %
SEBRAE	0,6%

Contribuição previdenciária patronal

A contribuição previdenciária, tem como base de cálculo o pró-labore pago aos empresários, trabalhadores autônomos ou equiparados, pelo serviço prestado sem vínculo empregatício. A partir do mês de março de 2000, a alíquota para determinação da contribuição previdenciária aumentou de 15 % para 20 %. (IOB, ANO XXXIV, N.º 13, p. 34)

3 EXEMPLOS SIMULADOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA ME E EPP

O terceiro capítulo desta monografia, visa exemplificar de forma clara e objetiva, através do planejamento tributário, qual a modalidade de tributação (Lucro Presumido ou SIMPLES) mais econômica para microempresas e empresas de pequeno porte.

Convém ressaltar que, na simulação apresentada neste capítulo, não foram considerados os impostos de competência estadual (ICMS) e municipal (ISS); os tributos foram calculados conforme a legislação para o ano-calendário de 2000; e a escrituração destas empresas obedece ao regime de competência.

A análise comparativa realizada neste estudo proporciona, através da simulação de um planejamento tributário, a melhor escolha entre as modalidades de tributação – Lucro Presumido e SIMPLES sob o prisma do menor ônus tributário.

Para a obtenção dos resultados apresentados realizou-se os seguintes procedimentos: primeiramente foram estimados faturamentos e características próprias para quatro empresas observando a legislação tributária vigente e respeitando as atividades aptas à opção pelo SIMPLES. Na sequência foram calculados os impostos na modalidade SIMPLES e LP, conforme disciplina a legislação tributária, para as três empresas durante todo o ano calendário de 2000. O cálculo da contribuição previdenciária foi obtido com base na folha de pagamento referente a 12 (doze) meses de salário, 13º (décimo terceiro) salário e férias com o respectivo abono.

Para que houvesse uma análise pormenorizada das duas modalidades de tributação foi criada uma tabela onde comparamos, trimestralmente, os impostos e contribuições apurados no SIMPLES e no LP.

3.1 Empresa L

A empresa L, enquadrada no SIMPLES como microempresa, tem como atividade a revenda de produtos. No ano-calendário de 2000, sua folha de pagamento e pró-labore mensal, correspondem respectivamente a R\$ 660,00 e R\$ 1.200,00, e seu faturamento é apresentado nas tabelas demonstradas abaixo.

Tabela 6
Empresa L - Modalidade: SIMPLES – ME

Mês	Faturamento R\$	Alíquotas %	Valor mensal Devido R\$
Jan.	8.973,36	3,0	269,20
Fev.	9.104,60	3,0	273,14
Mar.	8.999,70	3,0	269,99
Abr.	9.526,60	3,0	285,80
Mai	10.005,00	3,0	300,15
Jun.	9.986,25	3,0	299,59
Jul.	9.999,80	4,0	399,99
Ago.	10.070,60	4,0	402,82
Set.	9.886,89	4,0	395,48
Out.	9.975,80	5,0	498,79
Nov.	9.985,65	5,0	499,28
Dez.	10.027,60	5,0	501,38
Total	116.541,85		4.395,61

Tabela 7
Empresa L - Modalidade: LUCRO PRESUMIDO - Imposto de Renda

Trim.	Faturamento	Lucro Presumido (8%)	Valor devido IR (15%)
1º	27.077,66	2.166,21	324,93
2º	29.517,85	2.361,43	354,21
3º	29.957,29	2.396,58	359,49
4º	29.989,05	2.399,12	359,87
Total	116.541,85	9.323,35	1.398,50

Tabela 8
Empresa L - Contribuição Social

Trim.	Faturamento	Base de cálculo (12%)	Alíquota	Valor devido
1º	27.077,66	3.249,32	*	324,75
2º	29.517,85	3.542,14	9%	318,79
3º	29.957,29	3.594,87	9%	323,54
4º	29.989,05	3.598,69	9%	323,88
Total	116.541,85	13.985,02		1.290,96

* Alíquotas de 12% no mês de janeiro e 9% no mês de fevereiro e março

Tabela 9
Empresa L - Contribuição Previdenciária

Descrição	Base de cálculo	Alíquota INSS	Valor Devido
Folha de Pagamento	9.460,00	27,8%	2.629,88
Pró-labore	14.400,00	*	2.760,00
TOTAL			5.389,88

* Alíquotas de 15% no mês de janeiro e fevereiro e 20% de março em diante

Tabela 10
Empresa L – PIS

Mês	Faturamento	Valor devido (0,65%)
Jan.	8.973,36	58,33
Fev.	9.104,60	59,18
Mar.	8.999,70	58,50
Abr.	9.526,60	61,92
Mai.	10.005,00	65,03
Jun.	9.986,25	64,91
Jul.	9.999,80	65,00
Ago.	10.070,60	65,46
Set.	9.886,89	64,26
Out.	9.975,80	64,84
Nov.	9.985,65	64,91
Dez.	10.027,60	65,18
Total	116.541,85	757,52

Tabela 11
Empresa L – COFINS

Mês	Faturamento	Valor devido (3%)
Jan.	8.973,36	269,20
Fev.	9.104,60	273,14
Mar.	8.999,70	269,99
Abr.	9.526,60	285,80
Mai.	10.005,00	300,15
Jun.	9.986,25	299,59
Jul.	9.999,80	299,99
Ago.	10.070,60	302,12
Set.	9.886,89	296,61
Out.	9.975,80	299,27
Nov.	9.985,65	299,57
Dez.	10.027,60	300,83
Total	116.541,85	3.496,26

Tabela 12

Empresa L - Tabela comparativa – Lucro Presumido / Simples (Impostos detalhados por trimestre)

Impostos e Contribuições	Trim.	Empresa L	
		LP	SIMPLES
IR	1º	324,93	-
	2º	354,21	-
	3º	359,49	-
	4º	359,87	-
CSL	1º	324,75	-
	2º	318,79	-
	3º	323,54	119,83
	4º	323,88	299,89
PIS	1º	176,01	-
	2º	191,86	-
	3º	194,72	-
	4º	194,93	-
COFINS	1º	812,33	487,40
	2º	885,54	531,32
	3º	898,72	599,14
	4º	899,67	599,78
CONTR. PREV.	1º	1.150,44	324,93
	2º	1.270,44	354,22
	3º	1.270,44	479,32
	4º	1.698,56	599,78
IR		1.398,50	-
CSL	TOTAL	1.290,96	419,72
PIS	NO	757,52	-
COFINS	ANO	3.496,26	2.217,64
CONTR. PREV.		5.389,88	1.758,25
TOTAL SIMPLES/LP		12.333,12	4.395,61

A sistemática do SIMPLES para as microempresas é muito mais vantajosa do que o LP, visto que no SIMPLES, para um faturamento não superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) ano, a alíquota varia de 3 % a 5 % sobre o faturamento, enquanto que no LP tem-se um percentual de 5,93 % independente do faturamento. Além do que, nesta modalidade de tributação, as microempresas não são contribuintes do IR nem do PIS e, dependendo do limite do faturamento, da CSL também.

Analisando o exemplo da empresa L, podemos observar que o valor apurado referente à contribuição previdenciária no LP é maior do que o valor apurado no somatório de todos os impostos inclusos no SIMPLES. Portanto, pode-se concluir que se a empresa L optar pelo SIMPLES, recolherá aos cofres públicos um valor 280,58 % menor do que se tivesse feito a opção pelo LP, gerando uma economia significativa para esta empresa.

3.2 Empresa X

A empresa X, enquadrada no SIMPLES como empresa de pequeno porte, tem como atividade a revenda de produtos. No ano-calendário de 2000, sua folha de pagamento e pró-labore mensal, correspondem respectivamente a R\$ 7.650,00 e R\$ 2.400,00, e seu faturamento é apresentado nas tabelas demonstradas a seguir.

Tabela 13
Empresa X - Modalidade: SIMPLES – EPP

Mês	Faturamento	Aliquotas %	Valor mensal Devido
Jan.	52.949,78	5,4	2.859,29
Fev.	57.838,38	5,4	3.123,27
Mar.	56.475,78	5,4	3.049,69
Abr.	52.729,52	5,4	2.847,39
Mai	57.420,70	5,8	3.330,40
Jun.	61.110,92	5,8	3.544,43
Jul.	58.884,55	6,2	3.650,84
Ago.	56.334,37	6,2	3.492,73
Set.	58.508,53	6,6	3.861,56
Out.	59.465,07	6,6	3.924,69
Nov.	52.235,74	7,0	3.656,50
Dez.	56.749,46	7,0	3.972,46
Total	680.702,80		41.313,25

Modalidade: LUCRO PRESUMIDO

Tabela 14
Empresa X - Imposto de Renda

Trim.	Faturamento	Lucro Presumido (8%)	Valor devido IR (15%)
1º	167.263,94	13.381,12	2.007,17
2º	171.261,14	13.700,89	2.055,13
3º	173.727,45	13.898,20	2.084,73
4º	168.450,27	13.476,02	2.021,40
Total	680.702,80	54.456,22	8.168,43

Tabela 15
Empresa X - Contribuição Social

Trim.	Faturamento	Base de cálculo (12%)	Alíquota	Valor devido
1º	167.263,94	20.071,67	*	1.997,07
2º	171.261,14	20.551,34	9%	1.849,62
3º	173.727,45	20.847,29	9%	1.876,26
4º	168.450,27	20.214,03	9%	1.819,26
Total	680.702,80	81.684,34		7.542,21

* Alíquotas de 12% no mês de janeiro e 9% no mês de fevereiro e março

Tabela 16
Empresa X – Contribuição Previdenciária

Descrição	Base de cálculo	Alíquota INSS	Valor Devido
Folha de Pagamento	109.650,00	27,8%	30.482,70
Pró-labore	28.800,00	*	5.520,00
TOTAL			36.002,70

* Alíquotas de 15% no mês de janeiro e fevereiro e 20% de março em diante

Tabela 17
Empresa X – PIS

Mês	Faturamento	Valor devido (0,65%)
Jan.	52.949,78	344,17
Fev.	57.838,38	375,95
Mar.	56.475,78	367,09
Abr.	52.729,52	342,74
Mai	57.420,70	373,23
Jun.	61.110,92	397,22
Jul.	58.884,55	382,75
Ago.	56.334,37	366,17
Set.	58.508,53	380,31
Out.	59.465,07	386,52
Nov.	52.235,74	339,53
Dez.	56.749,46	368,87
Total	680.702,80	4.424,55

Tabela 18
Empresa X – COFINS

Mês	Faturamento	Valor devido (3%)
Jan.	52.949,78	1.588,49
Fev.	57.838,38	1.735,15
Mar.	56.475,78	1.694,27
Abr.	52.729,52	1.581,89
Mai	57.420,70	1.722,62
Jun.	61.110,92	1.833,33
Jul.	58.884,55	1.766,54
Ago.	56.334,37	1.690,03
Set.	58.508,53	1.755,26
Out.	59.465,07	1.783,95
Nov.	52.235,74	1.567,07
Dez.	56.749,46	1.702,48
Total	680.702,80	20.421,08

3.3 Empresa Y

A empresa Y, enquadrada no SIMPLES como empresa de pequeno porte, tem como atividade a revenda de produtos e prestação de serviços. No ano-calendário de 2000, sua folha de pagamento e pró-labore mensal, correspondem respectivamente a R\$ 7.650,00 e R\$ 2.400,00, e seu faturamento é apresentado nas tabelas demonstradas na página seguinte.

Tabela 19
Empresa Y – Modalidade: SIMPLES – EPP

Mês	Faturamento	Alíquotas %	Valor mensal Devido
Jan.	52.949,78	5,4	2.859,29
Fev.	57.838,38	5,4	3.123,27
Mar.	56.475,78	5,4	3.049,69
Abr.	52.729,52	5,4	2.847,39
Maió	57.420,70	5,8	3.330,40
Jun.	61.110,92	5,8	3.544,43
Jul.	58.884,55	6,2	3.650,84
Ago.	56.334,37	6,2	3.492,73
Set.	58.508,53	6,6	3.861,56
Out.	59.465,07	6,6	3.924,69
Nov.	52.235,74	7,0	3.656,50
Dez.	56.749,46	7,0	3.972,46
Total	680.702,80		41.313,25

Modalidade: LUCRO PRESUMIDO

Tabela 20
Empresa Y – Imposto de Renda

Trim.	Descrição	Faturamento	Lucro Presumido	Lucro Presumido	Valor devido (15%)
1º	Vendas	100.358,36	8%	8.028,67	1204,30
	Serviços	66.905,58	32%	21.409,78	3211,47
2º	Vendas	102.756,68	8%	8.220,53	1233,08
	Serviços	68.504,46	32%	21.921,43	3288,21
3º	Vendas	104.236,47	8%	8.338,92	1250,84
	Serviços	69.490,98	32%	22.237,11	3335,57
4º	Vendas	101.070,16	8%	8.085,61	1212,84
	Serviços	67.380,11	32%	21.561,63	3234,25
Total		680.702,80		119.803,69	17.970,56

Tabela 21
Empresa Y – Contribuição Social

Trim.	Faturamento	Base de cálculo (12%)	Alíquota	Valor devido
1º	167.263,94	20.071,67	*	1.997,07
2º	171.261,14	20.551,34	9%	1.849,62
3º	173.727,45	20.847,29	9%	1.876,26
4º	168.450,27	20.214,03	9%	1.819,26
Total	680.702,80	81.684,34		7.542,21

* Alíquotas de 12% no mês de janeiro e 9% no mês de fevereiro e março

Tabela 22
Empresa Y – Contribuição Previdenciária

Descrição	Base de cálculo	Alíquota INSS	Valor Devido
Folha de Pagamento	109.650,00	27,8%	30.482,70
Pró-labore	28.800,00	*	5.520,00
TOTAL			36.002,70

* Alíquotas de 15% no mês de janeiro e fevereiro e 20% de março em diante

Tabela 23
Empresa Y – PIS

Mês	Faturamento	Valor devido (0,65%)
Jan.	52.949,78	344,17
Fev.	57.838,38	375,95
Mar.	56.475,78	367,09
Abr.	52.729,52	342,74
Mai.	57.420,70	373,23
Jun.	61.110,92	397,22
Jul.	58.884,55	382,75
Ago.	56.334,37	366,17
Set.	58.508,53	380,31
Out.	59.465,07	386,52
Nov.	52.235,74	339,53
Dez.	56.749,46	368,87
Total	680.702,80	4.424,57

Tabela 24
Empresa Y – COFINS

Mês	Faturamento	Valor devido (3%)
Jan.	52.949,78	1.588,49
Fev.	57.838,38	1.735,15
Mar.	56.475,78	1.694,27
Abr.	52.729,52	1.581,89
Mai.	57.420,70	1.722,62
Jun.	61.110,92	1.833,33
Jul.	58.884,55	1.766,54
Ago.	56.334,37	1.690,03
Set.	58.508,53	1.755,26
Out.	59.465,07	1.783,95
Nov.	52.235,74	1.567,07
Dez.	56.749,46	1.702,48
Total	680.702,80	20.421,08

3.4 Empresa Z

A empresa Z, enquadrada no SIMPLES como empresa de pequeno porte, tem como atividade a revenda de produtos. No ano-calendário de 2000, sua folha de pagamento e pró-labore mensal, correspondem respectivamente a R\$ 9.745,00 e R\$ 2.000,00, e seu faturamento é apresentado nas tabelas demonstradas na página seguinte.

Tabela 25
Empresa Z - Modalidade: SIMPLES – EPP

Mês	Faturamento	Alíquotas %	Valor mensal Devido
Jan.	85.942,66	5,4%	4.640,90
Fev.	89.880,84	5,4%	4.853,57
Mar.	87.763,36	5,8%	5.090,27
Abr.	83.799,89	5,8%	4.860,39
Mai	92.275,66	6,2%	5.721,09
Jun.	95.821,92	6,6%	6.324,25
Jul.	91.506,59	7,0%	6.405,46
Ago.	88.332,29	7,0%	6.183,26
Set.	91.741,37	7,4%	6.788,86
Out.	98.038,77	7,8%	7.647,02
Nov.	86.399,55	7,8%	6.739,16
Dez.	91.366,63	8,6%	7.857,53
Total	1.082.869,53		73.111,76

Modalidade: LUCRO PRESUMIDO

Tabela 26
Empresa Z - Imposto de Renda

Trim.	Faturamento	Lucro Presumido (8%)	Valor devido IR (15%)
1º	263.586,86	21.086,95	3.163,04
2º	271.897,47	21.751,80	3.262,77
3º	271.580,25	21.726,42	3.258,96
4º	275.804,95	22.064,04	3.309,66
Total	1.082.869,53	86.629,56	12.994,43

Tabela 27
Empresa Z - Contribuição Social

Trim.	Faturamento	Base de cálculo (12%)	Alíquota	Valor devido
1º	263.586,86	31.630,42	*	2.795,09
2º	271.897,47	32.627,70	9%	2.936,49
3º	271.580,25	32.589,63	9%	2.933,07
4º	275.804,95	33.096,59	9%	2.978,69
Total	1.082.869,53	129.944,34		11.644,15

* Alíquotas de 12% no mês de janeiro e 9% no mês de fevereiro e março

Tabela 28
Empresa Z - Contribuição Previdenciária

Descrição	Base de cálculo	Alíquota INSS	Valor Devido
Folha de Pagamento	139.678,33	27,8%	38.830,58
Pró-labore	24.000,00	*	4.600,00
TOTAL			43.430,58

* Alíquotas de 15% no mês de janeiro e fevereiro e 20% de março em diante

Tabela 29
Empresa Z – PIS

Mês	Faturamento	Valor devido (0,65%)
Jan.	85.942,66	558,63
Fev.	89.880,84	584,23
Mar.	87.763,36	570,46
Abr.	83.799,89	544,70
Mai	92.275,66	599,79
Jun.	95.821,92	622,84
Jul.	91.506,59	594,79
Ago.	88.332,29	574,16
Set.	91.741,37	596,32
Out.	98.038,77	637,25
Nov.	86.399,55	561,60
Dez.	91.366,63	593,88
Total	1.082.869,53	7.038,65

Tabela 30
Empresa Z – COFINS

Mês	Faturamento	Valor devido (3%)
Jan.	85.942,66	2.578,28
Fev.	89.880,84	2.696,43
Mar.	87.763,36	2.632,90
Abr.	83.799,89	2.514,00
Mai	92.275,66	2.768,27
Jun.	95.821,92	2.874,66
Jul.	91.506,59	2.745,20
Ago.	88.332,29	2.649,97
Set.	91.741,37	2.752,24
Out.	98.038,77	2.941,16
Nov.	86.399,55	2.591,99
Dez.	91.366,63	2.741,00
Total	1.082.869,53	32.486,10

Tabela 31
Empresa Z - Tabela comparativa – Lucro Presumido / Simples (Impostos detalhados por trimestre)

Impostos e Contribuições.	Trim.	Empresa X		Empresa Y		Empresa Z	
		LP	SIMPLES	LP	SIMPLES	LP	SIMPLES
IR	1º	2.007,17	217,44	4.415,77	217,44	3.163,04	456,75
	2º	2.055,13	376,73	4.521,29	376,73	3.262,77	1.076,02
	3º	2.084,73	753,59	4.586,41	753,59	3.258,96	1.765,27
	4º	2.021,40	1.017,62	4.447,09	1.017,62	3.309,66	1.792,73
CSL	1º	1.997,07	1.672,64	1.997,07	1.672,64	2.795,90	2.635,88
	2º	1.849,62	1.712,61	1.849,62	1.712,61	2.936,49	2.718,98
	3º	1.876,26	1.737,28	1.876,26	1.737,28	2.933,07	2.715,80
	4º	1.819,26	1.684,50	1.819,26	1.684,50	2.978,69	2.758,05
PIS	1º	1.087,21	217,44	1.087,21	217,44	1.713,32	456,75
	2º	1.113,19	376,73	1.113,19	376,73	1.767,33	1.076,02
	3º	1.129,23	753,59	1.129,23	753,59	1.765,27	1.765,27
	4º	1.094,92	1.017,62	1.094,92	1.017,62	1.792,73	1.792,73
COFINS	1º	5.017,91	3.345,28	5.017,91	3.345,28	7.907,61	5.271,74
	2º	5.137,84	3.425,22	5.137,84	3.425,22	8.156,93	5.437,96
	3º	5.211,83	3.474,55	5.211,83	3.474,55	8.147,41	5.431,61
	4º	5.053,50	3.369,00	5.053,50	3.369,00	8.274,15	5.516,10
CONTR. PREV.	1º	7.580,10	3.579,45	7.580,10	3.579,45	9.127,33	5.763,62
	2º	7.820,10	3.830,93	7.820,10	3.830,93	9.327,33	6.596,75
	3º	7.820,10	4.286,12	7.820,10	4.286,12	9.327,33	7.699,63
	4º	12.782,40	4.464,91	12.782,40	4.464,91	15.648,59	10.384,10
IR		8.168,43	2.365,38	17.970,56	2.365,38	12.994,43	5.090,77
CSL	TOTAL	7.542,21	6.807,03	7.542,21	6.807,03	11.644,15	10.828,71
PIS	NO	4.424,55	2.365,38	4.424,55	2.365,38	7.038,65	5.090,77
COFINS	ANO	20.421,08	13.614,05	20.421,08	13.614,05	32.486,10	21.657,41
CONTR. PREV.		36.002,70	16.161,41	36.002,70	16.161,41	43.430,58	30.444,10
TOTAL SIMPLES/LP		76.558,97	41.313,25	86.361,10	41.313,25	107.593,91	73.111,76

Através deste estudo chegou-se à conclusão de que a modalidade de tributação mais econômica para as três empresas de pequeno porte é o SIMPLES. A vantagem em se optar por esta modalidade de tributação está na economia significativa dos seguintes impostos: IR, COFINS e contribuição previdenciária.

Dois aspectos apresentaram-se relevantes nestes exemplos, o primeiro é que se a empresa é prestadora de serviços a vantagem de se optar pelo SIMPLES é ainda maior, pois no SIMPLES não há diferenciação das alíquotas quando da venda de mercadorias ou da venda de serviços para se calcular o imposto de renda, enquanto que no LP há esta diferenciação. Observando os exemplos X e Y podemos confirmar esta afirmação, o montante anual de IR a

recolher na empresa X é de R\$ 8.168,43 e na empresa Y , que exerce também a prestação de serviços em suas atividades é de R\$17.970,56 representando um aumento de 220 %. Se compararmos também com a empresa Z que apresentou um faturamento 62,86 % superior ao da empresa Y verificaremos que apesar desta apresentar um faturamento menor, recolherá aos cofres públicos IR 27,69 % mais alto que a empresa Z por prestar serviços. O segundo aspecto relevante, e talvez a melhor vantagem de se optar pelo SIMPLES está na contribuição previdenciária, se tomarmos como exemplo ao faturamento da empresa X em janeiro de 2000 constataremos que enquanto o percentual da contribuição previdenciária no Simples é de 2,14% sobre o faturamento, no LP é aplicado um percentual de 27,8 % sobre a folha de pagamento do mês, que é de R\$ 2.126,70 significando 4,2 % do faturamento mensal desta empresa. Através deste estudo pôde-se observar, também, que quanto maior for o valor da folha de pagamento, mais esta vantagem aumentará.

Porém, a empresa que apresentar um faturamento alto deve estar atenta às alíquotas da contribuição previdenciária do SIMPLES, pois esta aumenta concomitante ao faturamento, e, nos casos em que a folha de pagamento não for significativa o LP pode ser mais vantajoso do que o SIMPLES, onde todos os impostos são calculados sobre o faturamento.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O planejamento tributário, que tem demonstrado ser um instrumento de muita eficácia nas grandes e médias empresas, pode também ser aplicado às micro e pequenas empresas pelo contador, pois estas não possuem departamento fiscal para realizar este planejamento. Geralmente, o serviço contábil, é terceirizado por escritórios de contabilidade.

Através desta monografia, pôde-se concluir que o conhecimento da legislação tributária, principalmente, das modalidades de tributação, é de extrema importância para os profissionais que realizarão o planejamento tributário. Salienta-se também, que no final de cada ano, é necessário realizar uma previsão de faturamento, para determinar qual modalidade de tributação optar para o ano seguinte, sendo esta, válida para todo o ano. Convém mencionar, que uma decisão incoerente, poderá elevar os encargos tributários, devido as multas e outras punições aplicadas pelo fisco.

O acompanhamento gerencial é indispensável para avaliar o desenvolvimento da empresa durante todo ano, pois conforme demonstrado nesta monografia, o fisco exige dos optantes pelo Lucro Presumido e pelo SIMPLES, somente o livro caixa, que não demonstra resultados para o controle e tomada de decisão do administrador. Também, no caso de falência ou concordata a empresa deverá apresentar escrituração comercial.

Também conclui-se, que na maioria dos casos, o SIMPLES é mais vantajoso, principalmente, por causa da contribuição previdenciária. Todavia, cada empresa deve realizar um estudo individual, pois possuem características próprias, que podem fazer diferença.

No entanto, apesar do SIMPLES quase sempre apresentar-se como a modalidade de tributação mais econômica para as referidas empresas, este, possui muitas restrições quanto a sua opção.

Recomenda-se para futuros trabalhos, realizar um estudo também dos impostos estaduais (ICMS) e municipais (ISS), bem como, desenvolver uma pesquisa de campo para verificar se o planejamento tributário está sendo aplicado nas Micro e Pequenas Empresas.

Convém ressaltar, que para futuras consultas desta monografia, deve-se levar em consideração as atualizações da legislação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11^a-ed. atual. por Misabel-Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- BRASIL. **Código Tributário Nacional** / Organização por Roque Antônio Carrazza. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- _____. **Código Civil** / Organização de textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- _____. **Código Comercial** / Organização por Vera Helena de Mello Franco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05.10.1998. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1999.
- _____. Lei n.º 9.841, de 5 outubro de 1999. **Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal**. Disponível na Internet. <http://www.sebrae.com.br>. 05 mar. 2000.
- CAMPOS JR., Lázaro de. **Direito tributário**. São Paulo: Angelotti, 1994.
- CASSONE, Vittorio. **Direito tributário: fundamentos constitucionais, análise de impostos, incentivos à exportação, doutrina, prática e jurisprudência**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1999.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. rev. e aument. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Dicionário Aurélio**. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de monografia**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- GRECO, Marco Aurélio. **Planejamento fiscal e interpretação da lei tributária**. São Paulo: Dialética, 1998.
- HIGUCHI, Hiromi, HIGUCHI, Fábio Hiroshi, HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de renda das empresas: interpretação e prática: atualizado até 20-01-2000**, 25 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

- HUCK, Hermes de Marcelo. **Evasão e elisão: rotas nacionais e internacionais do planejamento tributário**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações – aplicável também às demais sociedades**. 4º ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1995.
- IOB - INFORMAÇÕES OBJETIVAS. **COFINS – Instruções para cálculo e pagamento**. São Paulo, n. 17. p. 10 - 11, 4ª semana abr. 2000. Pasta ICMS – IPI e outros.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. Rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2 ed. Rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1992.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 10 ed. ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.
- MORELLI, Gustavo Henrique Faria. **Micro e Pequenas Empresas: a necessidade de prioridade na política econômica**. Maranhão: Sebrae, 1994.
- RAMINA, Luiz Carlos Trouche. **Iniciação ao Direito Financeiro e Tributário**. 2 ed. São Paulo: Resenha Tributária, 1996.
- RIBEIRO, Wanderlei Ban. **Departamento fiscal modelo – Manual prático – ICMS – ISS – IPI**. São Paulo: IOB. Informações Objetivas, 1994.
- SÁ, Lopes de, SÁ, Ana M. Lopes de. **Dicionário de contabilidade**. 9 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Gilberto Luiz do. **Planejamento tributário**. Disponível na Internet. <http://www.ibpt.com.br>. 6 maio 2000.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11ª ed. atual. por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito financeiro de direito tributário**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. **Lei das Sociedades por Ações**. Lei n.º 6404, de 15/12/76, alterada pela Lei n.º 9457, de 05/05/97. 26 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Código Tributário Nacional / Organização por Roque Antônio Carrazza**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. **Código Civil / Organização de textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. **Código Comercial / Organização por Vera Helena de Mello Franco**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 05.10.1998. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1999.

_____. Lei n.º 9.317, de 05 de dezembro de 1996. Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES" **Diário Oficial da União**, de 06/12/96, pág. 25.973/7.

_____. Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998. **Altera a Legislação Tributária Federal**. Disponível na Internet. <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislação/leis/lei971898.html>. 10 maio. 2000.

_____. Lei do Ajuste Tributário n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências**. Disponível na Internet. <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislação/leis/lei943096.html>. 10 maio. 2000.

_____. Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995. **Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências**. Disponível na Internet. <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislação/leis/lei924995.html>. 10 maio. 2000.

_____. Lei n.º 9.732, de 11 de dezembro de 1998. **Altera dispositivos das Leis n.º 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Lei n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e dá outras providências**. Disponível na Internet. <http://www.receita.fazenda.gov.br>. 20 mar. 2000.

_____. Lei n.º 9.841, de 5 outubro de 1999. **Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal.** Disponível na Internet. <http://www.sebrae.com.br>. 05 mar. 2000.

_____. Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.** Disponível na Internet. <http://www.mp.gov.br/Legislação/1821291.html>. 03 maio. 2000.

CAMPOS JR., Lázaro de. **Direito Tributário.** São Paulo: Angelotti, 1994.

CASSONE, Vittorio. **Direito tributário: fundamentos constitucionais, análise de impostos, incentivos à exportação, doutrina, prática e jurisprudência.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária.** 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 2 ed. rev. e aument. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Dicionário Aurélio.** 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FRANÇA, José Antônio de. O impacto a modalidade de tributação no fluxo de caixa das empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 113, p. 24-31, set./out. 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de monografia.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

GRECO, Marco Aurélio. **Planejamento fiscal e interpretação da lei tributária.** São Paulo: Dialética, 1998.

HIGUCHI, Hiromi, HIGUCHI, Fábio Hiroshi, HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de renda das empresas: interpretação e prática: atualizado até 20-01-2000,** 25 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HUCK, Hermes de Marcelo. **Evasão e elisão: rotas nacionais e internacionais do planejamento tributário.** São Paulo: Saraiva, 1997.

IOB - INFORMAÇÕES OBJETIVAS. **Microempresas e empresas de pequeno porte (EPP) - Instituição do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES).** São Paulo, n. 47. p. 587, 3ª semana nov. 1996. Pasta Imposto de Renda e Legislação Societária.

_____. **Contribuição Previdenciária empresarial – Importâncias pagas aos contribuintes individuais e trabalhadores avulsos – Contribuição relativa a cooperativas de trabalho – Alterações na legislação previdenciária – Majoração da alíquota – Vigência a contar da competência março/2000.** São Paulo, n. 13. p. 32 - 35, 5ª semana mar. 2000. Pasta Legislação Trabalhista e Previdenciária.

_____. **COFINS – Instruções para Cálculo e Pagamento.** São Paulo, n. 17. p. 10 - 11, 4^a semana abr. 2000. Pasta ICMS – IPI e outros.

_____. **PIS/PASEP – Instruções para Cálculo e Pagamento.** São Paulo, n. 17. p. 11 - 12, 4^a semana abr. 2000. Pasta ICMS – IPI e outros.

_____. **Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) Optantes pelo SIMPLES – Cálculo e Pagamento Mensal Unificado de Impostos e Contribuições.** São Paulo, n. 17. p. 20 - 27, 4^a semana abr. 2000. Pasta ICMS – IPI e outros.

_____. **Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Apuração Trimestral com Base no Lucro Presumido.** São Paulo, n. 17. p. 27 - 29, 4^a semana abr. 2000. Pasta ICMS – IPI e outros.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações – aplicável também às demais sociedades.** 4^o ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1995.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3 ed. Rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1986.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário.** 10 ed. ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

MORELLI, Gustavo Henrique Faria. **Micro e Pequenas Empresas: a necessidade de prioridade na política econômica.** Maranhão: Sebrae, 1994.

RAMINA, Luiz Carlos Trouche. **Iniciação ao Direito Financeiro e Tributário.** 2 ed. São Paulo: Resenha Tributária, 1996.

RECEITA FEDERAL. **SIMPLES – Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP).** Disponível na Internet. <http://www.receita.fazenda.gov.br>. 05 mar. 2000.

REY, Luís. **Planejar e redigir trabalhos científicos.** 2 ed. Rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.

RIBEIRO, Wanderlei Ban. **Departamento fiscal modelo – Manual prático – ICMS – ISS – IPI.** São Paulo: IOB. Informações Objetivas, 1994.

SÁ, Lopes de, SÁ, Ana M. Lopes de. **Dicionário de contabilidade.** 9 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

ANEXOS

Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES"
LEI nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996
DOU de 06/12/96, pág. 25.973/7

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei regula, em conformidade com o disposto no art. 179 da Constituição, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às microempresas e as empresas de pequeno porte, relativo aos impostos e às contribuições que menciona.

Capítulo II
Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Seção Única
Da Definição

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - Alterado pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98

empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

§ 1º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Capítulo III
Do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES
Seção I
Da Definição e da Abrangência

Art. 3º A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do art. 2º, poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

§ 1º A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;

b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;

- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;
- f) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996.

§ 2º O pagamento na forma do parágrafo anterior não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
- f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF;
- g) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- h) Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

§ 3º A incidência do imposto de renda na fonte relativa aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável e aos ganhos de capital, na hipótese da alínea "d" do parágrafo anterior, será definida.

§ 4º A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.

Art. 4º Alterado pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98

O SIMPLES poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS ou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido por microempresas e empresa de pequeno porte, desde que a Unidade Federada ou o município em que esteja estabelecida venha a ele aderir mediante convênio.

§ 1º Os convênios serão bilaterais e terão como partes a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e a Unidade Federada ou o município, podendo limitar-se à hipótese de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

§ 2º O convênio entrará em vigor a partir do terceiro mês subsequente ao da publicação, no Diário Oficial da União, de seu extrato.

§ 3º Denunciado o convênio, por qualquer das partes, a exclusão do ICMS ou do ISS do SIMPLES somente produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da sua denúncia.

Seção II

Do Recolhimento e dos Percentuais

Art. 5º Alterado pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98

O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, dos seguintes percentuais:

I - para a microempresa, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

- a) até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): 3% (três por cento);
- b) de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais): 4% (quatro por cento);
- c) de R\$ 90.000,01 (noventa mil reais e um centavo) a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): 5% (cinco por cento);

II - para a empresa de pequeno porte, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário;

- a) até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);
- b) de R\$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento);
- c) de R\$ 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);
- d) de R\$ 480.000,01 (quatrocentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento).
- e) de R\$ 600.000,01 (seiscentos mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 7% (sete por cento).

§ 1º O percentual a ser aplicado em cada mês, na forma deste artigo, será o correspondente à receita bruta acumulada até o próprio mês.

§ 2º No caso de pessoa jurídica contribuinte do IPI, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos de 0,5 (meio) ponto percentual.

§ 3º Caso a Unidade Federada em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos, a título de pagamento do ICMS, observado o disposto no respectivo convênio:

- I - em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 1(um) ponto percentual;
- II - em relação a microempresa contribuinte do ICMS e do ISS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;
- III - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ICMS de até 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;
- IV - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ICMS e do ISS: de até 2 (dois) pontos percentuais;

§ 4º Caso o município em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos, a título de pagamento do ISS, observado o disposto no respectivo convênio:

- I - em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ISS: de até 1 (um) ponto percentual.
- II - em relação a microempresa contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;
- III - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ISS: de até 2,5 (dois e meio) pontos percentuais.
- IV - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto percentual.

§ 5º A inscrição no SIMPLES veda, para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação ou a transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior não se aplica relativamente ao ICMS, caso a Unidade Federada em que esteja localizada a microempresa ou a empresa de pequeno porte não tenha aderido ao SIMPLES, nos termos do art. 4º.

Seção III Da Data e Forma de Pagamento

Art. 6º O pagamento unificado de impostos e contribuições, devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será feito de forma centralizada, até o décimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, a Secretaria da Receita Federal instituirá documento de arrecadação único e específico (DARF-SIMPLES).

§ 2º Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES não poderão ser objeto de parcelamento.

Seção IV

Da Declaração Anual Simplificada, da Escrituração e dos Documentos

Art. 7º A microempresa e a empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES apresentarão, anualmente, declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores dos impostos e contribuições de que tratam os arts. 3º e 4º.

§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:

- a) Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária;
- b) Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário;
- c) todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos livros referidos nas alíneas anteriores.

§ 2º O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento, por parte da microempresa e empresa de pequeno porte, das obrigações acessórias previstas na legislação previdenciária e trabalhista.

Capítulo IV

Da opção pelo SIMPLES

Art. 8º A opção pelo SIMPLES dar-se-á mediante a inscrição da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda-CGC/MF, quando o contribuinte prestará todas as informações necessárias, inclusive quanto:

I - especificação dos impostos, dos quais é contribuinte (IPI, ICMS ou ISS);

II - ao porte da pessoa jurídica (microempresa ou empresa de pequeno porte).

§ 1º As pessoas jurídicas já devidamente cadastradas no CGC/MF exercerão sua opção pelo SIMPLES mediante alteração cadastral.

§ 2º A opção exercida de conformidade com este artigo submeterá a pessoa jurídica à sistemática do SIMPLES a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para todo o período.

§ 3º Excepcionalmente, no ano-calendário de 1997, a opção poderá ser efetuada até 31 de março, com efeitos a partir de 1º de janeiro daquele ano.

§ 4º O prazo para a opção a que se refere o parágrafo anterior poderá ser prorrogado por ato da Secretaria da Receita Federal.

§ 5º As pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresa ou empresa de pequeno porte inscrita no SIMPLES.

Capítulo V

Das vedações à opção

Art. 9º Alterado pelo art. 6º da Lei nº 9779/99.

Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);

III - constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV - cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores imobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI - que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII - constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IX - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 2º;

X - de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica.

XI - cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;

XII - que realize operações relativas a:

a) importação de produtos estrangeiros;

b) locação ou administração de imóveis;

c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;

e) factoring;

f) prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

XIII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

XIV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, ou antes da vigência desta Lei, quando se tratar de empresa de pequeno porte;

XV - que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI - cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII - que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência desta Lei;

XVIII - cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

§ 1º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º O disposto nos incisos IX e XIV não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades referidas no inciso XII.

§ 3º O disposto no inciso XI e na alínea "a" do inciso XII não se aplica à pessoa jurídica situada exclusivamente em área da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968.

Art. 10. Não poderá pagar o ICMS, na forma do SIMPLES, ainda que a Unidade Federada onde esteja estabelecida seja conveniada, a pessoa jurídica:

I - que possua estabelecimento em mais de uma unidade Federada;

II - que exerça, ainda que parcialmente, atividade de transporte interestadual ou intermunicipal.

Art. 11. Não poderá pagar o ISS, na forma do SIMPLES, ainda que o Município onde esteja estabelecida seja conveniado, a pessoa jurídica que possua estabelecimento em mais de um município.

Capítulo VI Da exclusão do SIMPLES

Art. 12. A exclusão do SIMPLES será feita mediante comunicação pela pessoa jurídica ou de ofício.

Art. 13. A exclusão mediante comunicação da pessoa jurídica dar-se-á:

I - por opção.

II - obrigatoriamente, quando:

a) incorrer em qualquer das situações excludentes constantes do art. 9º;

b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.

§ 1º A exclusão na forma deste artigo será formalizada mediante alteração cadastral.

§ 2º A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso do inciso II e do parágrafo anterior, a comunicação deverá ser efetuada:

a) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que se deu o excesso de receita bruta, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

b) até o último dia útil do mês subsequente àquele em que houver ocorrido o fato que deu ensejo à exclusão, nas hipóteses dos demais incisos do art. 9º e da alínea "b" do inciso II deste artigo.

Art. 14. A exclusão dar-se-á de ofício quando a pessoa jurídica incorrer em quaisquer das seguintes hipóteses:

I - exclusão obrigatória, nas formas do inciso II e § 2º do artigo anterior, quando não realizada por comunicação da pessoa jurídica;

II - embargo à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do art. 200 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Sistema Tributário Nacional);

III - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;

IV - constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionista, ou o titular, no caso de firma individual;

V - prática reiterada de infração à legislação tributária;

VI - comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

VII - incidência em crimes contra a ordem tributária, com decisão definitiva.

Art. 15. Alterado pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98

A exclusão do SIMPLES nas condições de que tratam os arts. 13 e 14 surtirá efeito:

I - a partir do ano-calendário subsequente, na hipótese de que trata o inciso I do art. 13;

II - a partir do mês subsequente ao que incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XVIII do art. 9º;

III - a partir do início de atividade da pessoa jurídica, sujeitando-a ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, apenas, de juros de mora quando efetuado antes do início de procedimento de ofício, na hipótese do inciso II, "b", do art. 13;

IV - a partir do ano-calendário subsequente àquele em que for ultrapassado o limite estabelecido, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

V - a partir, inclusive, do mês de ocorrência de qualquer dos fatos mencionados nos incisos II a VII do artigo anterior.

§ 1º A pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do SIMPLES deverá apurar o estoque de produtos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem existente no último dia do último mês em que houver apurado o IPI ou o ICMS de conformidade com aquele sistema e determinar, a partir da respectiva documentação de aquisição, o montante dos créditos que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subsequentes.

§ 2º O convênio poderá estabelecer outra forma de determinação dos créditos relativos ao ICMS, passíveis de aproveitamento, na hipótese de que trata o parágrafo anterior.

Art. 16º A pessoa jurídica excluída do SIMPLES sujeitar-se-á, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Capítulo VII

Das atividades de Arrecadação, Cobrança, Fiscalização e Tributação

Art. 17º Competem à Secretaria da Receita Federal as atividades de arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação dos impostos e contribuições pagos de conformidade com o SIMPLES.

§ 1º Aos processos de determinação e exigência dos créditos tributários e de consulta, relativos aos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES, aplicam-se as normas relativas ao imposto de renda.

§ 2º A celebração de convênio, na forma do art. 4º, implica delegar competência à Secretaria da Receita Federal, para o exercício das atividades de que trata este artigo, nos termos do art. 7º da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Sistema Tributário Nacional).

§ 3º O convênio a que se refere o parágrafo anterior poderá, também, disciplinar a forma de participação das Unidades Federadas nas atividades de fiscalização.

Seção I

Da Omissão de Receita

Art. 18º Aplicam-se à microempresa e à empresa de pequeno porte todas as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições de que trata esta Lei, desde que apuráveis com base nos livros e documentos a que estiverem obrigadas aquelas pessoas jurídicas.

Seção II

Dos Acréscimos Legais

Art. 19º Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ICMS e ao ISS.

Art. 20º A inobservância da exigência de que trata o § 5º do art. 8º sujeitará a pessoa jurídica à multa correspondente a 2% (dois por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES no próprio mês em que constatada a irregularidade.

Parágrafo único. A multa a que se refere este artigo será aplicada, mensalmente, enquanto perdurar o descumprimento da obrigação a que se refere.

Art. 21º A falta de comunicação, quando obrigatória, da exclusão da pessoa jurídica do SIMPLES, nos prazos determinados no § 3º do art. 13, sujeitará a pessoa jurídica a multa correspondente a 10% (dez

por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), insusceptível de redução.

Art. 22º A imposição das multas de que trata esta Lei não exclui a aplicação das sanções previstas na legislação penal, inclusive em relação a declaração falsa, adulteração de documentos e emissão de nota fiscal em desacordo com a operação efetivamente praticada, a que estão sujeitos o titular ou sócio da pessoa jurídica.

Seção III Da Partilha dos Valores Pagos

Art. 23. Alterado pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98

Os valores pagos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES corresponderão a:

I - no caso de microempresas:

- a) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 5º:
 - 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
 - 2 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
 - 3 - 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), relativos as contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º;
 - 4 - 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) relativos à COFINS;
- b) em relação a faixa de receita bruta de que trata a alínea "b" do inciso I do art. 5º:
 - 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
 - 2 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
 - 3 - 0,4% (quatro décimos por cento), relativos à CSLL;
 - 4 - 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º;
 - 5 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
- c) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 5º:
 - 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
 - 2 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
 - 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
 - 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
 - 5 - 2% (dois por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º.

II - no caso de empresa de pequeno porte:

- a) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "a" do inciso II do art. 5º:
 - 1 - 0,13% (treze centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
 - 2 - 0,13% (treze centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
 - 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
 - 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
 - 5 - 2,14% (dois inteiros e quatorzé centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º;
- b) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "b" do inciso II do art. 5º:
 - 1 - 0,26% (vinte e seis centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
 - 2 - 0,26% (vinte e seis centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
 - 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
 - 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
 - 5 - 2,28% (dois inteiros e vinte e oito centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º.
- c) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "c" do inciso II do art. 5º:
 - 1 - 0,39% (trinta e nove centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
 - 2 - 0,39% (trinta e nove centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
 - 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;

- 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
- 5 - 2,42% (dois inteiros e quarenta e dois centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º;
- d) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "d" do inciso II do art. 5º:
 - 1 - 0,52% (cinquenta e dois centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
 - 2 - 0,52% (cinquenta e dois centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
 - 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
 - 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
 - 5 - 2,56% (dois inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do 1º do art. 3º.
- e) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "e" do inciso II do art. 5º:
 - 1 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
 - 2 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
 - 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
 - 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
 - 5 - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º.

§ 1º Os percentuais relativos ao IPI, ao ICMS e ao ISS serão acrescidos de conformidade com o disposto nos §§ 2º a 4º do art. 5º, respectivamente.

§ 2º A pessoa jurídica, inscrita no SIMPLES na condição de microempresa, que ultrapassar, no decurso do ano-calendário, o limite a que se refere o inciso I do art. 2º, sujeitar-se-á, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, aos percentuais e normas aplicáveis às empresas de pequeno porte, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º A pessoa jurídica cuja receita bruta, no decurso do ano-calendário, exceder ao limite a que se refere o inciso II do art. 2º, adotará, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, os percentuais previstos na alínea "e" do inciso II e nos §§ 2º, 3º, inciso III e IV, e § 4º, inciso III ou IV, todos do art. 5º, acrescidos de 20% (vinte por cento), observado o disposto em seu § 1º.

Art. 24. Os valores arrecadados pelo SIMPLES, na forma do art. 6º, serão creditados a cada imposto e contribuição a que corresponder.

§ 1º Serão repassados diretamente, pela União, às Unidades Federadas e aos Municípios conveniados, até o último dia útil do mês da arrecadação, os valores correspondentes, respectivamente, ao ICMS e ao ISS, vedada qualquer retenção.

§ 2º A Secretaria do Tesouro Nacional celebrará convênio com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, visando a transferência dos recursos relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º, vedada qualquer retenção, observado que, em nenhuma hipótese, o repasse poderá ultrapassar o prazo a que se refere o parágrafo anterior.

Capítulo VIII

Das disposições gerais e transitórias

Seção I

Da Isenção dos Rendimentos Distribuídos aos Sócios e ao Titular

Art. 25. Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ao titular ou sócio da microempresa ou da empresa de pequeno porte, salvo os que corresponderem a pro labore, aluguéis ou serviços prestados.

Seção II

Do Parcelamento

Art. 26º Poderá ser autorizado o parcelamento, em até setenta e duas parcelas mensais e sucessivas, dos débitos para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social, de responsabilidade da

microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1996.

§ 1º O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), considerados isoladamente os débitos para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social.

§ 2º Aplicam-se ao disposto neste artigo as demais regras vigentes para parcelamento de tributos e contribuições federais.

Seção III Do Conselho Deliberativo do SEBRAE

Art. 27º (VETADO)

Art. 28º A Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, com vigência prorrogada pela Lei nº 9.144, de 8 de dezembro de 1995, passa a vigorar até 31 de dezembro de 1997.

Art. 29º O inciso I do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

- motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

Art. 2º O benefício de que trata o art. 1º somente poderá ser utilizado uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos, caso em que o benefício poderá ser utilizado uma segunda vez."

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997.

Art. 31. Revogam-se os artigos 2º, 3º, 11 a 16, 19, incisos II e III, e 25 a 27 da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, o art. 42 da Lei nº 8.383 de 30 de dezembro de 1991 e os arts. 12 a 14 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994.

Brasília, 5 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan